



CONSELHO GERAL

CNIS lamenta
o “silêncio
ensurdecedor” que
soa na cooperação



DIREÇÃO DA CNIS

IPSS não devem aceitar
revisões aos acordos de
cooperação de creche

BRAGANÇA

Bairro da Mãe d'Água salvo
pelo Centro Social e Paroquial



SILVA PENEDA,
MOVIMENTO PELO INTERIOR

**Sem as IPSS
e Misericórdias
o país já nem
tinha interior**



ÍLHAVO

Liga dos Amigos nasce para
ajudar Património dos Pobres

AROUCA

Município dedica verbas dos
parquímetros ao apoio às IPSS



José Leirião
Membro da CNIS



Lições para evitar políticas de austeridade na UE

Caros leitores tomo a liberdade de partilhar convosco umas breves notas constantes de um parecer de minha iniciativa (ECO401) aprovado em Fevereiro, no Comité Económico e Social Europeu e dirigido às Instituições da União Europeia, incluindo a Comissão.

Trata-se de um parecer intitulado **“Lições aprendidas dos ‘programas de ajustamento fiscal’ aplicado na Grécia, Irlanda e Portugal, para evitar, no futuro, as políticas de austeridade na União Europeia e Área do Euro.** O conteúdo do parecer teve contributos das organizações da sociedade civil representadas nos respectivos Conselhos Económicos e Sociais dos três Estados Membros da Área do Euro.

Introdução, Observações e Recomendações gerais:

O desencadear da crise financeira na Grécia, Irlanda e Portugal foi a continuação da crise financeira que se iniciou nos Estados Unidos e foi exarcebada por imprudência e incompetência dos governos daqueles países na condução das políticas públicas após o seu acesso à Zona Euro, conduzindo a um ‘boom económico’ descontrolado, devido ao relaxamento das condições de controlo das despesas públicas e do controlo do sistema bancário, pelos respectivos bancos centrais, acrescendo ainda as garantias do Estado aos empréstimos bancários contraídos pelas ‘empresas públicas’, o que culminou com o aumento muito significativo dos ‘défices orçamentais’ e efeitos negativos nas balanças comerciais e de pagamentos.

A liberalização financeira e o crescimento descontrolado do crédito bancário, impulsionado por práticas de vendas agressivas e de produtos especulativos, levaram ao sobreendividamento das famílias e empresas colocando em risco o normal funcionamento dos bancos e afectando, por isso, o regular funcionamento da actividade económica, devido ao aumento exponencial de imparidades no balanço dos bancos. Os governos, continuaram uma política fiscal pró-cíclica conduzindo à deterioração muito perigosa do défice orçamental e da dívida soberana, ficando os três Estados Membros muito vulneráveis às especulações dos investidores internacionais em consequência de ‘notações de lixo’ das Agências de Rating.

Dado a extrema debilidade do sistema bancário, alguns bancos entraram num processo de colapso levando os três Estados Membros a intervirem para evitar a sua falência e assim evitar ‘risco bancário sistémico’ utilizando para tal o ‘dinheiro dos contribuintes’. Estas medidas fizeram aumentar para níveis incomportáveis os défices orçamentais e, em consequência, as ‘dívidas soberanas’.

Os investidores internacionais especularam elevando as taxas de juro para níveis incomportáveis pelo governos, levando estes a pedir ‘ajuda financeira’ à Comissão Europeia para evitarem a ‘bancarrota’ e assegurar no sector público, os pagamentos de salários e pensões. A Comissão organizou um ‘consórcio financeiro’ em conjunto com o BCE e o FMI, conhecido pela ‘Troika’.

A Comissão estava e continua a estar impreparada para responder a este tipo de desafios e pediu ao FMI para elaborar os ‘programas de ajustamento’, que em função da sua experiência em casos semelhantes em países de África(1980) e Ásia(1990) utilizou o seu ‘racional’ exclusivamente dirigido para os aspectos financeiros, nunca considerando os efeitos negativos nas dimensões social e sector empresarial e muito menos ainda a consideração dos ‘direitos fundamentais europeus’.

As medidas de austeridade foram desenhadas pelo FMI para resultarem numa **‘desvalorização interna’ do sistema produtivo (empresas e trabalhadores), do funcionamento e das missões do Estado, do modelo de protecção social (incluindo os cuidados mais básicos), das leis laborais, do diálogo civil e social.**

Os resultados das medidas foram desde 2012 e continuam a ser, dramáticos afectando transversalmente toda a sociedade (centenas de milhares de desempregados) e as empresas (dezenas de milhares de empresas que fecharam portas e não mais abriram) e centenas de milhares de emigrantes qualificados deixaram os seus países.

Os ‘programas de ajustamento’ foram afectados por várias inconsistências e falhas na sua elaboração, tais como:

- ↳ a dimensão estrutural da crise foi negligenciada
- ↳ o nível de endividamento de empresas e famílias foi subestimado

- ↳ o peso da procura interna no crescimento e na criação de emprego foi subestimado

- ↳ a reforma do Estado não tocou em aspectos fundamentais (modernização e digitalização)

- ↳ privatização do sector empresarial lucrativo do Estado (EDP,REN,PT, etc

- ↳ a reforma estrutural da economia foi reduzida à desvalorização dos factores de competitividade interna (salários, mais tempo de trabalho, reforma laboral restritiva dos direitos, aumento brutal de impostos...) ganhando assim competitividade para aumentar as exportações.

- ↳ o horizonte temporal para a implementação dos programas foi em geral escasso

- ↳ é extremamente difícil atingir simultaneamente o equilíbrio interno e externo quando ambos apresentam défices muito elevados

- ↳ as medidas de consolidação orçamental aplicadas sobretudo do lado da despesa numa situação de recessão severa, num contexto em que o país não dispõe do mecanismo de desvalorização cambial e, quando os nossos parceiros estão a fazer exactamente o mesmo, não resultaram em nenhum país do mundo, em nenhum período da história. Os seus efeitos são hoje consensualmente considerados recessivos no curto prazo e as cicatrizes que deixam na economia são muitas vezes permanentes.

- ↳ multiplicadores fiscais inadequados conduziram a erros grosseiros.

- ↳ O próprio órgão independente do FMI reconheceu várias inconsistências e erros de calibração como ainda dificuldades de coordenação entre os parceiros que constituíram a ‘Troika’ contribuindo

para o resultado desequilibrado dos ‘programas de ajustamento’.

As medidas de austeridade conduziram a um **‘ciclo vicioso’** em que as medidas de austeridade geraram recessão, sendo seguidas de mais recessão (veja-se, infelizmente, o caso da Grécia que continua ainda hoje a implementar novas medidas de austeridade para continuar a ter acesso ao financiamento).

No parecer são apontadas onze recomendações com base nas ‘lições aprendidas’ para evitar a severidade das políticas de austeridade na União Europeia, das quais destaco três:

- ↳ Comissão deve desenhar e implementar com urgência um **‘programa de recuperação’** visando as dimensões social (permitindo o acesso aos cuidados mais básicos) e empresarial (facilitando a recuperação do tecido empresarial) a aplicar nos três Estados Membros de acordo com as suas especificidades.

- ↳ Adopção pelos três Estados Membros da chamada **‘regra de ouro do investimento público’** libertando recursos financeiros para investimentos públicos (correntemente impossível devido às regras do Semestre Europeu e Procedimento por Déficit Excessivo) em áreas que produzam um efeito multiplicador na actividade económica e social gerando criação de empregos de qualidade, através de investimento que torne a economia sustentável no longo prazo e criação de riqueza cuja redistribuição possa melhorar a vida dos mais necessitados.

- ↳ Aprofundamento da União Económica e Monetária com a adopção de um **fundo de mutualização de dívida pública e títulos em euros** e por esta via, reduzir os encargos da dívida pública dos três Estados Membros e outros, como Itália e Espanha.

- ↳ A gestão de futuras crises na União Europeia deve atingir um melhor equilíbrio entre os objectivos fiscais, sociais e estrutura empresarial e olhar para além de uma abordagem puramente macro económica dos desequilíbrios, mas também olhar para outras questões tais como: **desigualdades no rendimento e riqueza, redução da pobreza, um sector empresarial forte e competitivo, uma indústria forte e competitiva, crescimento e emprego inclusivos e reforço das políticas de coesão e de convergência entre todos os Estados Membros.**

Exige-se que em futuros ‘programas de ajustamento’ **‘todos os sectores tem de ser ‘ganhadores’** e não a adopção de uma **‘equação de soma nula’** em que um sector ganha e os outros perdem e a consideração que **‘Há vida e pessoas para além dos défices’.**

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Desconcentração. Descentralização. Cooperação

1. Na linguagem das ciências sociais, nomeadamente na política, geografia e economia, desconcentração e descentralização são termos que têm vindo a ganhar um significado qualitativo bastante diferenciado. Assim, quando se fala em “descentralização política”, por exemplo, refere-se a um processo de transferência de poderes e funções de alto nível para outros locais, instituições ou pessoas, nomeadamente de transferência do poder central para regiões ou autarquias. A “desconcentração”, por outro lado, é um processo de dispersão em que se retiram características ao centro, dispersando serviços mas mantendo o cuidado de não permitir a transferência de funções qualificadas para as chamadas periferias. Esta diferenciação de sentido tem uma grande afinidade com as teorias do “centro/periferia” preconizadas pelos economistas e estudiosos do desenvolvimento desde os finais dos anos 60.

Agora, e entre nós, desconcentração e descentralização estão a ser temas repetidamente abordados pelos vários Partidos com assento parlamentar. Não apenas por aquele que aí tem mais espaço mas também pelos outros, nomeadamente pelos que ali dão o necessário e suficiente respaldo ao Governo. Ainda bem...

Obviamente que, se todos assim pensam, provavelmente nem todos assim o querem, porque aqueles em que se sente mais o “cheiro dos assentos” do que o “cheiro dos cidadãos” facilmente se deixam inebriar pelo “cheiro do poder” que jamais quererão perder. Por assim ser, é que temos um interior que definha e um litoral que abafa. Entre outros constrangimentos...

Descentralizar e desconcentrar. Bom será que sejam opções imperativas e sem reversões. Ver e julgar próximo dos cidadãos para melhor decidir e agir e mais prontamente servir é uma boa opção. Melhor: é o grande caminho. Evidentemente: porque o importante são as pessoas e as suas circunstâncias.

Com isso, todos lucram: menores custos e resultados certamente muito melhores.

2. Uma das grandes virtudes das Instituições de Solidariedade é a de serem instituições de proximidade onde bem se sente o “cheiro dos cidadãos”. São Instituições protegidas pelo art.º 63º, nº 5 da Constituição da República Portuguesa que reconhece a existência das IPSS, enquadrando-as então no âmbito do Sistema de Segurança Social e estabelecendo o direito a serem apoiadas pelo Estado para o desenvolvimento das suas atividades.

São as comunidades locais que erguem estas Instituições e as mantêm, porque são as comunidades que sofrem com as carências, sentem as necessidades das pessoas e criam as respostas sociais para os cidadãos. O Estado obriga-se com elas por contratos celebrados (acordos de

cooperação). São Instituições ágeis e adequadas. Inquestionavelmente, representam muito menores custos para o erário público.

Mas hoje não falta quem se farte de acenar com os cerca de mil e trezentos milhões que o Estado transfere para essas largas dezenas de milhares de respostas sociais em que, diariamente e ao longo das vinte e quatro horas de cada dia, são apoiados bastante mais de meio milhão de cidadãos e onde têm emprego pelo menos duas centenas de milhares de pessoas. São respostas sociais conhecidas e requeridas por um Estado que quer fazer das pessoas o seu caminho. São respostas sociais desenvolvidas e suportadas pelas mais de cinco mil Instituições de Solidariedade. São respostas sociais de Instituições que são um significativo sector da economia (social) à volta das quais outras e diversificadas atividades económicas se desenvolvem. São respostas sociais de Instituições de Solidariedade em que, nomeadamente, os custos do trabalho e a fiscalidade fazem com que, mais de metade do que estas Instituições recebem do Estado ao mesmo Estado acabe por regressar. São respostas sociais de Instituições que são um pilar estruturante do Estado Social. São respostas sociais de pessoas, com as pessoas e para as pessoas.

3. O bom percurso feito por estas Instituições de Solidariedade, muito particularmente no período anterior e posterior à celebração do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, em 19 de dezembro de 1996, período em que quase triplicaram as suas respostas sociais e em que os serviços de qualidade chegaram a mais pessoas e em melhores circunstâncias, também foi possível porque na Segurança Social se

fazia sentir alguma descentralização e alguma desconcentração, com autonomia administrativa e financeira, sendo essa, aliás, a primeira área da Administração pública a dispor de uma organização territorialmente descentralizada, na sequência da Constituição de 1976. Os Centros Distritais da Segurança Social tinham competências próprias e decidiam designadamente em matéria de cooperação e apoio às IPSS. Eram, também, centros de suficiente proximidade, de útil serviço e de bom acompanhamento.

Nessa área, porém, desde há alguns anos, parece estar a instalar-se um processo de irreversível (?) centralização e concentração. Progressivamente, o acompanhamento vai dando lugar à burocracia e a exigências nem sempre sustentadas e vai sendo substituído por uma fiscalização normalmente excessiva e muitas vezes insensata, com o aproveitamento especulativo de alguma comunicação. Com isso, a autonomia das Instituições pode estar a ser substituída por algum desencanto e por progressiva desmobilização...

Com isso também começaram a sofrer, e muito, as Instituições de Solidariedade. E nem os serviços nem os cidadãos beneficiaram.

Descentralizar e desconcentrar pode e deve ser uma opção inadiável. Também na Cooperação e antes que seja demasiado tarde...



CONSELHO GERAL

CNIS recusa pactuar com as exorbitâncias do ISS

O Conselho Geral da CNIS, formado pelos presidentes das Uniões Distritais de todo o País, voltou a declarar apoio incondicional à Direção e ao seu presidente para que estes tudo façam a fim de que a Cooperação com o Estado retome os carris.

Na reunião que aconteceu em Fátima, no passado dia 1 de março, o padre Lino Maia deu conta aos conselheiros que, atualmente, “na Cooperação está a haver silêncio, um silêncio que, por vezes, toma raias de ensurdecido”, revelando que a Direção sente “bastante desagrado com este comportamento”.

A insatisfação da Direção da CNIS prende-se com o que o presidente designou por comportamentos e atitudes por parte do Instituto da Segurança Social (ISS) que vão para além do sensato e do acordado entre o Estado e os representantes do Setor Social Solidário.

“Já está a ser de mais, o ISS está, de facto, a exorbitar”, acusou o padre Lino Maia, explicando as razões do descontentamento da CNIS: “Há três razões em especial, o PSI, as Creches e as ERPI, que mostram que o ISS avança contra o que está consensualizado no Compromisso de Cooperação, numa hostilização das IPSS e com a qual não podemos pactuar”.

O presidente da CNIS referia-se, em concreto, à forma como o ISS está a lidar com a Prestação Social para a Inclusão (PSI), as Creches e as ERPI – Estruturas Residenciais Para Idosos.

“A propósito da PSI, só a pessoa com deficiência



CONVOCATÓRIA Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos do Artigo 27º, do Artigo 29º e do nº 2. alínea a) do Artigo 30º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Extraordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia 24 de Março de 2018, pelas 9h45, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único - Apreciação e deliberação sobre a adesão da CNIS à Confederação da Economia Social Portuguesa – Artigo 58º, 1. g) do Estatuto das IPSS.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10,00 horas, em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o nº 3. do artº 31º dos Estatutos da CNIS

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto, 2 de Março de 2018

Rua da Reboeira, 47 | 4050-492 PORTO
☎ 226 068 614 | 226 065 932 | 226 001 774
E-mail: cnis@cnis.pt
www.cnis.pt | www.solidariedade.pt



CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia 24 de Março de 2018, pelas 10h45, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2017;
2. Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano de 2017 (artº 50, nº 1, al. e));
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2017;
4. Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 11h00 (onze horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto e Sede da CNIS, 2 de Março de 2018

Rua da Reboeira, 47 | 4050-492 PORTO
☎ 226 068 614 | 226 065 932 | 226 001 774
E-mail: cnis@cnis.pt
www.cnis.pt | www.solidariedade.pt



podia acionar o cheque, ficando as instituições arredadas do processo, sendo que a verba não conta para efeito da comparticipação do utente”, referiu o padre Lino Maia, revelando o resultado das ações já tomadas pela Direção: “A CNIS já interpelou o ISS e não teve eco, mas junto do ministro a situação já foi diferente”.

Refira-se e recorde-se que muitas IPSS da área da deficiência, na pessoa dos seus dirigentes ou técnicos, são elas (próprias) as únicas responsáveis por pessoas com deficiência profunda que estão à sua guarda.

Outra das questões que leva a CNIS a criticar o ISS prende-se com a resposta de Creche e com a intenção de “impor uma diretora-técnica sem sala”, o que, independentemente do número de salas, obrigaria as instituições a terem um educador de infância só para ocupar o cargo. Recorde-se que no Pré-escolar a exigência de uma Direção-Técnica (sem sala) acontece apenas a partir do funcionamento de sete salas.

Por fim, “o ISS está a apresentar unilateralmente um novo modelo de gestão e comparticipação das vagas reservadas para a Segurança Social, querendo estabelecer novos Acordos de Cooperação com regras impostas de forma unilateral”, o que contraria o disposto no Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário assinado em 2017.

Perante isto, a CNIS, juntamente com a União das Misericórdias Portuguesas, “já alertou quem de direito, solicitando intervenção junto do ISS”, afirmou o padre Lino Maia.

Finda a exposição desta situação que muito preocupa a CNIS, os conselheiros, pela voz de José Carlos Batalha (UDIPSS Lisboa), reafirmaram ser “um exército pronto para a luta com a Direção e o seu presidente”.

O que a Direção transmitiu aos conselheiros foi a pereceção de que a Cooperação não avança como devia e que já há alguns atropelos.

“Há um atraso significativo no cumprimento do Compromisso de Cooperação e alguns desses atrasos nunca foram justificados”, sustentou João Dias, presidente-adjunto da CNIS.

“A Comissão Nacional de Cooperação, que devia ter reunido por quatro vezes em 2017, reuniu duas vezes e a segunda vez foi por exigência da



CNIS e da União das Misericórdias. A Comissão Permanente do Setor Social Solidário, que agora também integra a Confecoop e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, teve a última reunião em 8 de maio de 2017, pelo que ainda não reuniu com os novos membros”, denunciou o padre Lino Maia, constatando que, “por tudo isto e não só, o ISS vai avançando, ignorando tudo o resto”, ou seja, o que está protocolado entre os representantes do Setor Social Solidário e o Estado.

Perante isto, os conselheiros reafirmaram o seu apoio à Direção, apelando “à união em torno desta matéria”.

Por outro lado, as diferentes Uniões Distritais deram conta da indignação de muitas IPSS pelo clima que tem sido criado na Comunicação Social em torno de alguns casos de polícia que envolvem dirigentes de instituições, no que foi designado por “caça às bruxas”, apelando a que se faça uma campanha de esclarecimento da população, mas também uma aposta na formação dos dirigentes e numa maior transparência das

instituições, especialmente daquelas que ainda não publicam as Contas nos respetivos sítios na internet.

Presente uma vez mais no Conselho Geral, a URIPSSA – União Regional das IPSS dos Açores, pela voz do seu presidente, João Canedo Reis, acrescentou que “é importante falar das coisas boas, e são muitas, que as instituições fazem”.

O Conselho Geral tomou ainda conhecimento do Relatório de Atividades e das Contas relativos ao ano de 2017, documentos que serão apreciados e votados na Assembleia Geral agendada para dia 24 de março, às 10h45. Antes, às 9h45, será tempo para debater e votar a adesão da CNIS à Confederação da Economia Social Portuguesa, em AG Extraordinária.

Os conselheiros abordaram ainda os preparativos da Festa da Solidariedade 2018, que decorrerá em Setúbal, na Praça José Afonso.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTOS E FOTOS)

FESTA DA SOLIDARIEDADE 2018

Encontro Nacional de IPSS sobre cooperação completa programa

“O local escolhido é muito interessante e acolhedor”, referiu Eleutério Alves, acrescentando que a Festa “terá o formato habitual”.

Por outro lado, a CNIS vai realizar um Encontro Nacional de IPSS, direcionado a dirigentes e a técnicos, em que o tema da cooperação, uma matéria “que mexe muito com o Setor e desperta muito interesse nas instituições”, como referiu Eleutério Alves. A data avançada para a realização deste encontro foi o dia 7 de junho, mas após algum debate no seio do Conselho Geral, a Direção colocou à votação dos conselheiros a possibilidade de o mesmo ser realizado no dia 9, contornando o facto de ser a uma quinta-feira passando, assim, para um sábado, o que facilita a participação de dirigentes e técnicos, em especial dos oriundos das regiões mais distantes de Setúbal.

Os conselheiros foram maioritariamente de opinião que o Encontro Nacional de IPSS deve realizar-se no dia 9 (sábado), facilitando a adesão de dirigentes e técnicos.

Face a esta posição, a Direção da CNIS, em consonância com a UDIPSS Setúbal, irá estudar a melhor calendarização para o Encontro Nacional e para a Festa da Solidariedade, estando em cima da mesa a possibilidade de o primeiro ser no dia 8 de junho e a segunda (inicialmente prevista para sexta-feira) passar para dia 9, realizando-se no sábado, afinal como foi na maioria das suas anteriores 11 edições.

Quanto à Festa da Solidariedade, a intenção da CNIS, juntamente com a UDIPSS Setúbal, é a de elaborar o programa até ao final de Abril, desafiando todas as instituições associadas a participarem, “para que haja uma representação de todo o País”.

Uma vez que a Chama da Solidariedade há já alguns meses que percorre o território sadino e continuará a fazê-lo até junho, “este ano não haverá a habitual semana da Chama, em que esta visita diversos concelhos e instituições”, revelou o dirigente da CNIS, acrescentando: “A Chama não corre o distrito em uma semana, mas está um mês em cada concelho. E até agora tem sido uma viagem surpreendentemente participada. Com este formato, a UDIPSS Setúbal conseguiu que em cada mês um concelho viva a solidariedade”.

Por seu turno, Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal, começou por dizer que “tem sido uma grande iniciativa da CNIS, a que a UDIPSS se juntou, mas é a CNIS que está no terreno”, deixando nota da grande participação das instituições dos diferentes concelhos e também das autarquias.

“Tem havido uma adesão bastante grande, não só da comunidade, mas também com



iniciativas de pensamento. As instituições estão a afirmar-se e não são um bando de malfetores”, frisou Fernando Sousa, afirmando: “Setúbal é um distrito de gente de bem e solidária”.

Esta afirmação do presidente da UDIPSS Setúbal encontra-se com a realidade não apenas no vasto número de instituições e de respostas sociais que povoam o distrito, mas igualmente na forma entusiástica e muito participada com que a Chama da Solidariedade tem sido acolhida desde setembro, quando iniciou o seu périplo pelo território setubalense.

O arranque aconteceu no concelho do Seixal, prosseguiu pelos de Almada, Palmela, Santiago do Cacém, Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Barreiro e Moita e percorrerá ao longo do mês de março os concelhos de Montijo e Alcochete.

Até à data da 12ª edição da Festa da Solidariedade, na Praça José Afonso, na cidade do Sado, a flama solidária passará ainda, no mês de abril, pelo concelho de Sesimbra, encerrando a viagem, ao longo de maio, pelo de Setúbal, onde permanecerá até ao evento que congregará instituições, dirigentes, trabalhadores e utentes de todo o País em representação das milhares de IPSS que por todo o território nacional servem de almofada social às populações.

SOLIDARIEDADE EM LIVRO

No início do périplo pelo distrito de Setúbal,

a Chama da Solidariedade motivou a realização de uma iniciativa paralela, da autoria do CLAS do Seixal, e que tem sido alvo de enorme adesão por parte das IPSS de todos os concelhos por onde já passou.

Trata-se da elaboração do «Livro da Solidariedade», uma construção da responsabilidade das diversas instituições que participam na viagem da Chama.

É um livro cujas folhas serão acrescentadas à medida do contributo das instituições dos vários concelhos do distrito setubalense, mas em que não está posta de lado a possibilidade de ser uma publicação com vários volumes.

O «Livro da Solidariedade» está a ser concebido em formato A3, na horizontal e cujas folhas são concebidas e trabalhadas em base de tecido.

As entidades da parceria podem trabalhar uma página, na horizontal, com uma mensagem de cariz solidário, recorrendo a vários materiais, como pintura, colagem, poesia, etc..

Não são consideradas folhas que não respeitem o tamanho A3 (29,7 cm x 42 cm) e, do lado esquerdo, tem de ser deixada uma margem de cerca de três centímetros, para posterior colocação dos ilhós.

Esta é mais uma iniciativa que pretende congrega as instituições em torno da Chama e da Festa da Solidariedade e que tem granjeado grande adesão por parte das instituições.

CNIS RECOMENDA ÀS ASSOCIADAS

IPSS não devem aceitar revisão dos acordos de cooperação das creches

Confrontada com o facto de diversos Centros Distritais de Segurança Social (CDSS) estarem a comunicar às IPSS com acordos de cooperação para a resposta de creche “a intenção de promover a revisão desses protocolos, passando a estabelecer-se a obrigatoriedade de cada creche dispor de uma unidade de Direção-Técnica, que não poderá exercer essas funções cumulativamente com a responsabilidade pelo trabalho como educador numa sala”, a CNIS emitiu uma informação em que “recomenda às suas associadas que não aceitem concluir processos negociais de revisão de acordos de cooperação em creche com os CDSS em que estes pretendam impor a sua interpretação quanto às disposições da Portaria n.º 262/2011, designadamente a exigência de que o exercício de funções de diretor-técnico dessa resposta social não possa ser assegurado por um educador de infância com trabalho direto com um grupo de crianças ou pelo diretor pedagógico de jardim-de-infância que integre, com a creche, um Centro Infantil com as duas respostas acopladas”.

No mesmo documento pode ler-se ainda que “mais recomenda que, nos casos em que os mesmos Serviços persistam na imposição de uma revisão unilateral – e ilegal – dos acordos de cooperação, apresentem recurso para as Comissões Distritais de Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação, nos termos do artigo 41.º da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de Julho, dando conhecimento à CNIS de cada uma dessas situações”.

Segundo a CNIS, “trata-se de uma mudança da orientação que sempre presidiu à negociação, entre os Centros Regionais de Segurança Social e as instituições, dos acordos de cooperação para a resposta social de creche, invocando agora as referidas delegações distritais do Instituto da Segurança Social como fundamento para essa mudança uma orientação formulada pela Direcção-Geral da Segurança Social, no que toca à interpretação da Portaria n.º 262/2011, de 30 de Agosto, que regulamenta as condições de funcionamento da creche”.

A ser levada à prática, esta orientação, “representa uma mudança significativa da estrutura de recursos humanos desta resposta social, nos equipamentos já em funcionamento, na medida em que a generalidade dos acordos de cooperação existentes prevê que a direção-técnica seja assegurada por um educador de sala, nos equipamentos em que a creche funcione isoladamente, ou seja, assegurada pelo diretor pedagógico do estabelecimento de educação pré-escolar, em acumulação com essa mesma direção pedagógica, quando as duas respostas sociais funcionem em articulação”.

Para além disso, esta orientação atropela os preceitos da cooperação tal como estabelecidos



na Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de Julho.

A CNIS sublinha ainda que uma “matéria que representa uma tão profunda alteração aos procedimentos seguidos, há mais de 30 anos, na cooperação do Setor, não estribada, aliás, em nenhuma alteração legislativa recente – a própria Portaria n.º 262/2011, de 30 de Agosto, que é invocada como fundamento para a mudança, tem seis anos e meio –, teria de ser obrigatoriamente objeto de análise prévia na Comissão Nacional de Cooperação (CNC)”, onde têm assento, paritariamente, representantes do Ministério do Trabalho e Solidariedade e Segurança Social e representantes do Setor Social Solidário.

A verdade é que o assunto não foi levado à CNC, nem por qualquer outra via a CNIS foi consultada sobre essa alteração de entendimento, “não obstante o impacto desse entendimento na sustentabilidade da resposta social”.

“A CNIS já comunicou à Direcção-Geral da Segurança Social a sua discordância e oposição quanto ao fundo e quanto ao método, aguardando clarificação do entendimento dessa entidade, sem a qual responderá a mais esta ofensiva dos Serviços Públicos do âmbito do MTSSS, requerendo a convocação extraordinária da Comissão Nacional da Cooperação”, lê-se no documento enviado às estruturas intermédias da Confederação para disseminação junto das associadas.

Para além deste “recente entendimento da DGSS e do ISS não possui qualquer sustentação jurídica”, “se fosse mister admitir em exclusividade um educador como diretor técnico de uma creche, por maioria de razão o seria num Estabelecimento de Ensino Pré-Escolar”.

Assim, “a vingar a tese agora «descoberta»

pela DGSS e pelo ISS, teríamos, nas instituições que possuem as duas respostas acopladas – creche e jardim-de-infância –, a situação caricata de uma creche com duas salas e dois educadores de infância estar vinculada à admissão de um terceiro educador, exclusivamente para as funções de diretor-técnico, e o jardim-de-infância ao lado, com seis salas e seis educadores de infância, bastar-se, para o exercício da direção pedagógica, com a designação de um desses seis educadores, que continuaria a exercer as suas funções de trabalho direto com um grupo de crianças”, constata a CNIS no mesmo documento.

Por fim, lembra “que a situação típica, na Rede Solidária, e nas situações de funcionamento integrado de creche e jardim-de-infância, é a de a direção-técnica da creche e do jardim-de-infância ser exercida pelo mesmo educador de infância”, sublinhando: “Sempre foi essa a solução preconizada pelos Serviços de Acompanhamento Técnico dos Centros de Segurança Social, levada, em consequência, aos textos dos acordos de cooperação. Tal exercício cumulativo de funções de direção pedagógica e direção-técnica, por ser a situação típica, foi levada à regulamentação coletiva das relações laborais nas IPSS”.

Por tudo isto, e sentindo a lei do seu lado e que o ISS está a extrapolar as suas competências e reclamando ser ouvida como prevê o Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário, a CNIS recomenda às suas associadas que não aceitem revisões dos acordos de cooperação para a resposta social de creche que impliquem a orientação agora “descoberta” pelos CDSS sobre a criação de uma direção-técnica e que aguardem orientações.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTO CONDESTÁVEL, BRAGANÇA

Três décadas a crescer em dimensão e no apoio às gentes da Mãe d'Água

Foi há 30 anos, no ido ano de 1988, que no seio do Bairro da Mãe d'Água, na cidade de Bragança, que nasceu o Centro Social e Paroquial de Santo Condestável, ainda o Beato Nuno de Santa Maria (Nuno Álvares Pereira) não tinha sido canonizado. Hoje a instituição apoia mais de mil utentes, da infância à terceira idade, através de mais de uma dezena de respostas sociais, num contexto social complicado.

“Em finais dos anos 1980, cerca de 75% dos atendimentos da Segurança Social em Bragança eram do Bairro da Mãe d'Água, sendo que o estabelecimento prisional também tinha muita gente oriunda do bairro. Via-se que este era um foco de problemas em Bragança e logo aí se viu que era necessário um projeto de luta contra a pobreza para este território”, conta Pedro Guerra, diretor de serviços da instituição.

Depois da constituição formal em 1988, no ano seguinte, “iniciam-se as conversações e até um primeiro acordo de gestão com as Irmãs Doroteias para o Lar de S. Francisco, que é uma chamada Casa de Acolhimento de crianças e jovens”, para no ano de 1990 surgir o Refeitório Social.

Era importante criar equipamentos e respostas sociais para uma população com enormes carências. A Igreja de Santo Condestável foi construída pela comunidade, sem qualquer apoio oficial, e no piso do edifício foram acolhidas as primeiras respostas sociais.

“Fez-se, então, um primeiro acordo de cooperação para 10 utentes no Refeitório Social e ainda para o Centro de Dia, o SAD e o ATL, que funcionavam nesse primeiro piso já construído”, explica Pedro Guerra.

Olhado como território fértil em problemáticas e um foco de problemas, o Bairro da Mãe d'Água necessitava de respostas para uma população pobre e muito carenciada.

“Em 1994 avançava o Projeto de Luta Contra a Pobreza, «Mãe d'Água, Direito à Cidadania» e, passados três anos, quando entrei como sociólogo, achei que era necessário fazer um estudo de investigação”, recorda Pedro Guerra, explicando: “Fizemos, então, um censo a toda a comunidade. Isto foi importantíssimo porque nos permitiu conhecer a realidade e aí percebeu-se que faziam falta muitas coisas”.

Num território em que faltava quase tudo, em que havia pessoas com fome, sem ter o que vestir ou onde dormir, o estudo revelou-se essencial para os técnicos e a instituições perceberem melhor o contexto sobre o qual tinham que agir.

“Percebemos que tínhamos um dossiê que



nos permitia fazer um ataque aos problemas da comunidade Mãe d'Água. O projeto era 1996-2000 e antes de terminar conseguimos convencer o Comissariado de Luta Contra a Pobreza que aquele estudo nos dava pistas de que precisávamos de uma obra maior do que a que tínhamos”, recorda, lembrando que foi aí que se avançou para a “construção do Centro Comunitário, que integrou uma lavandaria pública, um balneário público, um gabinete de atendimento, um centro de alojamento temporário, etc.. Por outro lado, aumentou-se a capacidade das outras respostas que já existiam”.

O Centro Comunitário fez crescer o Complexo Social da instituição, cuja construção terminou em 2003, altura em que o Centro vê aumentar substancialmente o número os acordos com a Segurança Social.

“Entretanto, em 1996, também fomos projeto-piloto bairro do Rendimento Mínimo

Garantido e, desde os primórdios, também temos o Rendimento Social de Inserção e hoje temos à nossa responsabilidade de acompanhamento dos concelhos de Bragança e Vimioso”, acrescenta o diretor de serviços da instituição brigantina.

Mais recentemente, perante as graves dificuldades financeiras do Centro Social de S. Bento e S. Francisco, em concertação com a Segurança Social, a instituição integrou-o na sua estrutura.

“Ficámos com os problemas e com as coisas boas e herdámos ainda uma creche, resposta que não tínhamos”.

Atualmente, o Centro Social e Paroquial de Santo Condestável promove, com um corpo de quase 100 funcionários, as seguintes respostas sociais: creche (31 utentes), seis amas (24), Pré-escolar (25), ATL (66), LIJ (30), Centro de Dia (45), Centro de Convívio (36), SAD (45), CAT (10), Refeitório Social (50),

Cantina Social (50) e Centro Comunitário, onde através do Gabinete de Atendimento apoia cerca de 200 pessoas.

Para além disto, a instituição ainda é responsável pelo acompanhamento do Rendimento Social de Inserção nos concelhos de Bragança e Vimioso, num total de cerca de 200 famílias (cerca de 500 pessoas).

Foi em grande parte fruto daquele estudo sociológico realizado em 1997 que o Centro Comunitário passou a dar resposta “a quem não tinha que comer, que vestir, como tomar banho, etc., no fundo tudo coisas básicas da vida”, afirma Pedro Guerra, que recorda ainda a repetição da iniciativa uma década volvida.

“Fomos crescendo devagarinho e de forma sustentada e replicámos o estudo em 2007. Fizemos a comparação com o primeiro, que distava 10 anos, e verificámos que havia muitas coisas que estavam melhor, mas os problemas essenciais estavam na mesma ou tinham-se agravado, como o da toxicod dependência. No entanto, uma coisa é certa, se não temos criado esta obra, passados 10 anos, estaria tudo muito pior e se muitas tinham melhorado devia-se ao trabalho desta obra. E ainda hoje é assim, porque temos as respostas todas cheias”.

A intenção do diretor de serviços, responsável pelos dois estudos era repetir a iniciativa mais 10 anos passados, em 2017, porém os constrangimentos financeiros não o permitiram.

“Queria fazer novo estudo, passados outros 10 anos, mas não foi possível, porque é muito dispendioso. A dimensão desta obra, com as situações todas que temos que acudir e com este grande número de respostas para gerir, um estudo desses só com projetos financiados. Não havendo candidaturas é muito complicado, porque temos as pessoas certas nos lugares certos e temos que manter o barco sempre a navegar e não nos podemos desviar muito tempo da manutenção”, lamenta Pedro Guerra.

Curiosamente, e apesar de inseridos numa zona de grandes carências entre a população, durante a crise que assolou Portugal a instituição não sentiu um aumento de procura.

“Na Cantina Social, porque eram encaminhadas pela Segurança Social, tivemos um aumento de pessoas no período mais agudo da crise, mas o que senti mais foi as pessoas a pedirem para baixar as mensalidades ou para não pagar, porque não podiam, e não tanto um aumento de solicitações. Houve aumento de procura de bens alimentares e de roupa, mas não mais do que isso”, recorda, apontando algo que o surpreendeu: “No período da crise houve muita gente a pedir por outrem, algo que até aí não acontecia. As pessoas estavam preocupadas com outras que não tinham e não pediam. Houve este sentimento altruísta e de solidariedade entre a população. Até tivemos que valer a funcionários que precisaram de uma ajuda extra”.

Apesar de todos os constrangimentos, o diretor de serviços considera a situação financeira da instituição como “boa”

“A instituição atravessou o período de crise de forma bastante pacífica e tem uma situação financeira estável. Está estável e equilibrada, mas não tem condições para fazer algo fora do que está a fazer”, sustenta, justificando:



“Os acordos de cooperação que temos estão, mais ou menos, a cobrir o que estamos a fazer. Houve a perceção que muita gente se podia estar a aproveitar e verificámos alguns casos que era mesmo assim e houve o cuidado de estudar bem caso a caso. Agora, é um facto que a instituição perdeu receitas. Apesar de cada vez mais nos exigirem que trabalhemos como uma empresa, somos os primeiros a ter que dar o exemplo e foi com naturalidade que isentámos pessoas de pagar e que reduzimos mensalidades. E ainda agora o fazemos, porque a missão desta casa é ajudar as pessoas e se as pessoas não podem temos que as ajudar”.

E este é o grande desafio para o padre Fernando Calado, presidente da instituição: “Esta é uma instituição que cresceu muito antes de eu entrar e tentei dar continuidade a todo esse trabalho. A nossa preocupação é sempre a mesma, o acolhimento às pessoas carenciadas ou com algum tipo de necessidades”.

Olhando o futuro, em ano de celebração do 30º aniversário, a instituição sente-se cheia de projetos.

“Pela preocupação do senhor padre Calado com os reclusos, temos um projeto para reinserção de reclusos na vida ativa, com trabalho e dormida. Este é um projeto pensado há algum tempo. Depois, temos prevista a abertura de um Centro de Noite e estamos a pensar em abrir um Albergue. Temos que nos voltar para a parte lucrativa para de alguma forma sustentar a parte não lucrativa e já temos algumas ideias. No entanto, como em tudo, o segredo é a alma do negócio e não queremos dizer ainda nada”, argumenta Pedro Guerra, revelando ainda: “Com a transferência das respostas que estavam no Centro Social de S. Bento e S. Francisco para as instalações do Centro Comunitário, ficámos com o edifício vazio e é aí que pretendemos instalar o Centro de Noite, que já tem projeto feito e aprovado. Estamos também a pensar aumentar a capacidade do CAT e instalá-lo nesse edifício também”.

Já quanto ao aniversário, as comemorações

irão estender-se por todo o ano de 2018, com cada mês a ser dedicado a uma das respostas sociais da instituição.

“Todos os meses haverá iniciativas, algumas que a instituição já faz, mas que terão uma maior dimensão”, estando ainda a ser equacionada a feitura de um livro sobre os 30 anos da instituição.

E como seria Bragança sem o Centro Social e Paroquial de Santo Condestável?

“A zona da Mãe d’Água faz parte de Bragança e seria seguramente pior do que é hoje. Ou melhor, as pessoas que aqui habitam sentiriam a falta de uma estrutura como esta. Bragança já teve aqui cerca de um terço da população, agora já não porque a cidade cresceu, mas sabemos que esta ainda é uma zona bastante importante para a cidade. Se calhar, com a ideia que havia na Segurança Social e no estabelecimento prisional de que 75% dos problemas tinham origem na Mãe d’Água esta seria uma zona má e não o é. Se nós não existíssemos isto era um gueto e, de facto, não é”, afirma Pedro Guerra.

Já o padre Fernando Calado aproveita a questão para deitar um olhar mais vasto à questão: “Eu diria antes como é que seria o Interior sem os Centros Sociais e Paroquiais? Porque são as únicas instituições que, para além de acorrerem às necessidades das pessoas, vão garantindo nas pequenas localidades que as pessoas se fixem nesses territórios. São as únicas entidades que criam emprego nessas localidades. As pessoas muitas vezes ainda não reconhecem este papel das instituições. Quanto ao Santo Condestável, os diversos estudos que temos feito levam-nos a concluir que a instituição tem contribuído para melhorar um contexto social difícil como é o Bairro da Mãe d’Água, que é a zona de maior influência do Centro. Era uma das zonas mais problemáticas da cidade, ainda continua a ser em alguns aspetos, mas os estudos feitos têm demonstrado que as condições de vida das pessoas têm melhorado”.

BANCO FARMACÊUTICO

Portugueses doaram 15 mil medicamentos a 100 IPSS

Os portugueses doaram 15.000 medicamentos e produtos de saúde, com um valor estimado em 60.000 mil euros, a 100 instituições de solidariedade social, na recolha promovida pelo Banco Farmacêutico.

A X jornada de recolha de medicamentos, principal iniciativa do Banco Farmacêutico realizou-se no dia 17 de Fevereiro, em 230 farmácias de todo o país, e contou com o apoio de 600 voluntários.

Dados divulgados pelo Banco Farmacêutico revelam que os portugueses doaram 15 mil medicamentos e produtos de saúde, mais 1.000 face ao anterior.

O número de farmácias aderentes também aumentou com mais dez a juntarem-se à iniciativa. “Embora tenha sido uma subida ligeira, permitiu ao Banco Farmacêutico estar, pela primeira vez, presente em todos os distritos de Portugal Continental”, referiu a organização em comunicado.

“Aumentamos o número de farmácias, de voluntários, de instituições apoiadas e de medicamentos doados, o que nos possibilita ajudar milhares de pessoas, que de outra forma não teriam possibilidade de adquirir estes medicamentos”, afirma o presidente do Banco Farmacêutico,



Luís Mendonça, citado no comunicado.

Desde 2009, ano em que a iniciativa decorreu pela primeira vez em Portugal, o Banco Farmacêutico ajudou instituições de solidariedade social com 97.000 medicamentos e produtos de saúde.

O Banco Farmacêutico afirma que “o empenho das farmácias aderentes e respetivas equipas foi essencial para o sucesso da

iniciativa, pela sua participação ativa na divulgação e ligação às comunidades onde se inserem, sensibilizando-as para esta causa”.

Foi “igualmente importante o papel que os voluntários desempenharam ao longo de toda esta ação, estando presentes em cada farmácia e divulgando o Banco Farmacêutico a todos os utentes”, sublinha.





ECONOMIA SOCIAL
SOFTWARE ESPECÍFICO
+ DE 3000 CLIENTES

O Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados
 entra em vigor em maio de 2018.

SEMINÁRIOS EM TODO O PAÍS

SERVIÇOS DE CONSULTORIA E IMPLEMENTAÇÃO RGPD

CONTACTE-NOS!!!

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
 (Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

PROCESSO INTEGRADO UTENTE

IMOBILIZADO	SÓCIOS	UTENTES	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS COZINHAS E LAVANDARIAS	CLÍNICA	PORTAL SOCIAL
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	INTERNAMENTO
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	BLOCO OPERATÓRIO

ÁREA SAÚDE




F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt
 Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda





APCC – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Site «Utilização Segura das Redes Sociais» visa aumentar a segurança na internet

A Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) disponibiliza um site que pretende aumentar a segurança online, em particular na utilização das redes sociais, das pessoas com deficiência e incapacidade, especificamente jovens com deficiência intelectual ou doença mental.

Acessível através do site da instituição (www.apc-coimbra.org.pt), esta é uma ferramenta que procura tornar mais conhecedor e confiante qualquer utilizador da Internet e, assim, mais protegido nesse ambiente.

O site «Utilização Segura das Redes Sociais» inclui um questionário interativo sobre situações da vida real, um conjunto de vídeos com conselhos úteis sobre exposição de informação, perfis falsos, divulgação de segredos e publicação de fotografias e ainda um jogo temático.

Os conteúdos – bem como de todo o projeto «Vulnerabilidade nas Redes Sociais: Proteção e Privacidade das Pessoas com Deficiência e Incapacidade» em que a iniciativa se insere – foram desenvolvidos com a supervisão e acompanhamento do Centro de Direito Biomédico da Universidade de Coimbra, numa parceria que assegura a adequação das formas de transmissão das mensagens e a correção da informação disponibilizada.

Os objetivos gerais passam por garantir um maior conhecimento sobre a proteção da imagem e dos dados pessoais, ajudar a evitar a exposição excessiva e alertar contra a promoção de comportamentos e atitudes de risco nas redes sociais.



Desta forma, as pessoas a quem o projeto se dirige, e todas as que possam contactar com o mesmo, ficarão mais aptas a lidar com os riscos – como a exposição ou a invasão da privacidade, o cyberbullying, o roubo de identidade ou a utilização indevida – que

acompanham as vantagens das redes sociais.

O projeto incluiu ainda a realização de dois cursos de formação certificados e a produção de dois módulos dedicados a esta área, que serão agora incluídos na oferta formativa da instituição.

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA

Duas exposições de arte levam instituição para fora de portas

Duas exposições de trabalhos artísticos dos utentes da Fundação AFID Diferença, «(A) MOSTRA» e «Sem Filtro», estão patentes até ao dia 15 de março, em Lisboa e na Amadora.

«(A)MOSTRA» exhibe trabalhos de cerâmica, papel, pintura e tecelagem e decorre na Galeria «A Arte da Terra», junto à Sé, em Lisboa.

“É neste espaço e enquadramento que as obras produzidas nas oficinas artísticas da Fundação AFID Diferença vão ser mostradas por artistas diferentes, ombreando com artistas de excelência. Estou convicto que será uma excelente «(A)MOSTRA» do que somos capazes de fazer”, referiu o presidente do Conselho Executivo da AFID, Domingos Rosa.

A «Arte da Terra» comercializa peças artísticas e de artesanato de grande qualidade, produzidas por artistas e artesãos de renome nacional e internacional, expostas num magnífico espaço de paredes em pedra com nichos, também em pedra, que servem de expositores das obras de arte, situado na zona antiga

de Lisboa. É uma galeria com aspeto rústico, muito visitada por turistas, que procuram o encantamento que a arte lhes proporciona.

Já a Galeria Municipal Artur Bual – Casa Aprígio Gomes –, na Amadora, recebe a «Sem Filtro», uma exposição coletiva de trabalhos de pintura, desenho, cerâmica, têxtil, arte decorativa e modelagem de papel realizados por artistas das diversas instituições sociais do concelho.

Pela primeira vez, a Câmara Municipal da Amadora agregou numa única exposição o resultado da veia artística dos utentes das instituições da área da deficiência do concelho: Fundação AFID Diferença, Amorama, Cerciama e a Recomeço.

“Esta é uma excelente oportunidade de verificar «sem filtro» os excelentes trabalhos produzidos por pessoas diferentes mas de grande capacidade artística, capazes de «filtrar» o que

de bom e mau existe nesta sociedade, muitas vezes pouco «filtrado», sustentou Domingos Rosa, deixando um convite: “Esperamos contar com a presença de todos! Até lá mantenham-se «filtrados e infiltrados» na arte, pois irão ser compensados pela cor, brilho, traço, afetos e carinho que todas estas obras nos oferecem”.

A mostra tem entrada livre e está aberto ao público até dia 15 de março.



SILVA PENEDA, UM DOS PILARES DO MOVIMENTO PELO INTERIOR

Isto só vai lá com medidas muito radicais

Até ao verão um conjunto de personalidades, de diferentes sensibilidades políticas, com experiências relevantes nos mais importantes setores nacionais, vai apresentar um pacote de medidas concretas para equilibrar o País. Chama-se Movimento pelo Interior e tem em Silva Peneda um dos pilares. Nesta grande entrevista ao jornal SOLIDARIEDADE, Silva Peneda diz que Portugal só deixará de estar inclinado para o litoral com medidas radicais. E duvida que o pacote que vai ser apresentado seja bem recebido pelo poder. A iniciativa tem o patrocínio do Presidente da República e do Primeiro-ministro.

Silva Peneda foi secretário de Estado por diversas ocasiões e ministro do Emprego e Segurança Social durante seis anos. Mais recentemente, foi presidente do Conselho Económico e Social (CES) e, em 2015, assumiu as funções de assessor do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker.

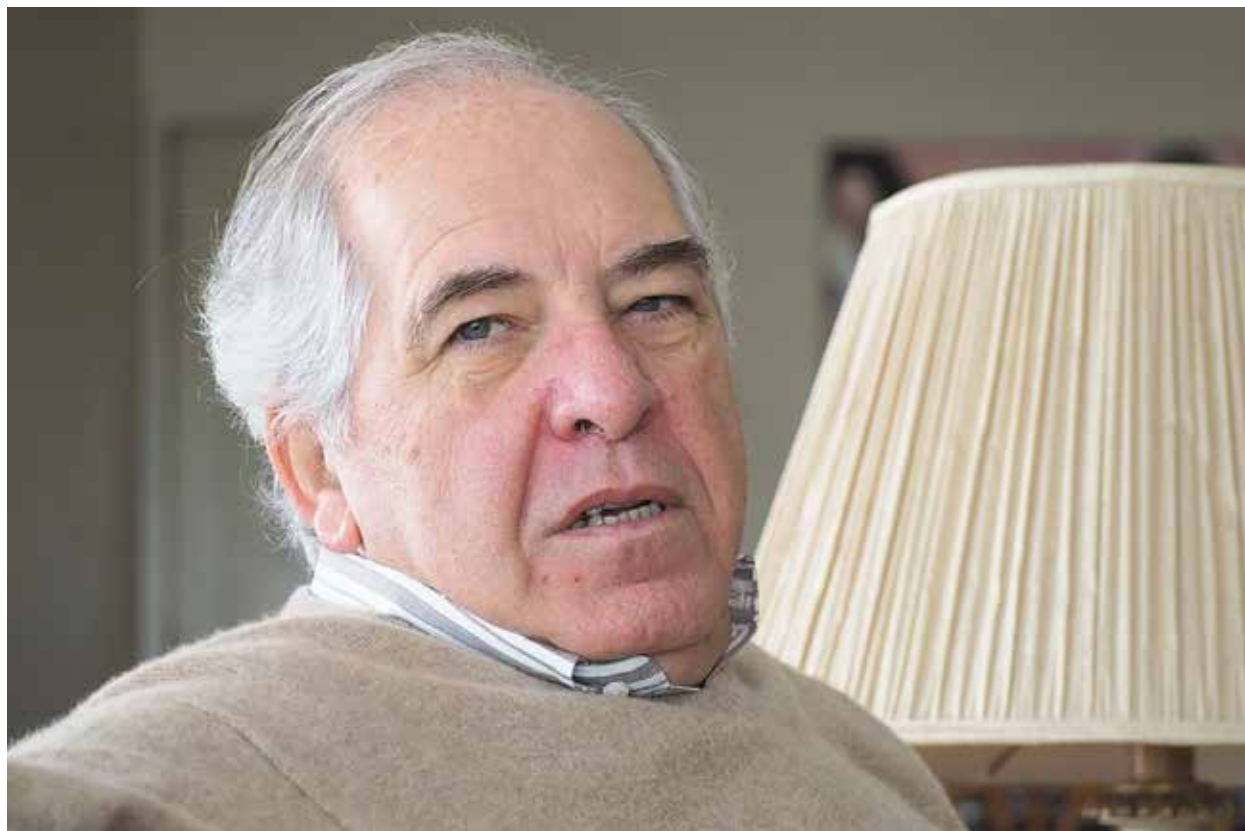
Licenciado em Economia pela Universidade do Porto é, aos 68 anos, presidente do Conselho Geral da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Solidariedade - Para quando a apresentação formal das medidas do Movimento pelo Interior?

Silva Peneda - O Movimento pelo Interior nasceu depois das desgraças dos incêndios que aconteceram ao nosso país. Os presidentes de câmara da Guarda e Vila Real e eu próprio, decidimos que era altura de fazer qualquer coisa. Algo que fosse reflexo de uma atitude cívica de um conjunto de cidadãos. O Movimento não tem estatutos, não tem direção, não tem presidente, não tem nada... e até tem um limite de vida fixo. Quando forem apresentadas as medidas acaba. Contamos que em maio/junho, estará terminada a nossa função. Falámos com o Presidente da República e com o Primeiro-ministro. O chefe de Estado que patrocina esta iniciativa ficou muito entusiasmado, bem como o chefe de governo. E ambos pediram celeridade para que o orçamento de 2019 já possa inserir sinais claros relativamente a estas questões.

O fim da dicotomia entre o litoral e o interior...

Nós entendemos que o país, há séculos, tem sofrido de uma tendência perniciosa: o litoral a crescer em termos de ocupação de território e população e o interior a perder. E, sem querer responsabilizar ninguém, o certo é que todos os governos falaram na necessidade de equilibrar o território, mas os resultados nunca apareceram. O que nos leva a crer que isto só vai lá com medidas muito radicais... Não muitas, porque quando são muitas elas perdem impacto, e apenas em três áreas fundamentais: a área fiscal, fundamental para criar emprego e empresas nas zonas do interior; a componente do sistema educativo, uma vez que temos universidades com qualidade no interior que podem ter muitos mais alunos - e recentemente já houve uma medida nesse sentido, com o anúncio pelo ministro da Educação de apertar os *numerus*



clausus no Porto e em Lisboa -; e a terceira componente, em meu entender decisiva, que tem que ver com a ocupação no território dos serviços dos Estado. Numa época com tantas autoestradas, numa época que a comunicação é quase instantânea, não faz sentido que todos os serviços da administração pública estejam localizados em Lisboa. Não faz sentido nenhum. O presidente da câmara de Vila Real costuma dar o exemplo da GNR. É uma força de segurança que deve tratar das zonas rurais, então que sentido faz ter o comando geral em Lisboa? E o instituto da Vinha e do Vinho, a Agência do Ambiente, enfim, há tantos exemplos... direções-gerais, institutos públicos, o INE, tanta coisa que poderia sair de Lisboa e ser transferida para cidades do interior. É evidente que não pode ser feito em cima do joelho, como parece ser o caso do Infarmed. São opções políticas que custam dinheiro, que exigem planificação, mas iam provocar uma animação económica, social, cultural nas cidades do interior.

É isso, então que estão a preparar...

Nós entendemos que para preparar estas medidas teriam que ser pessoas com grande capacidade técnica e prestígio. Por isso convidámos o Dr. Miguel Cadilhe, responsável pela área da reforma fiscal. O Dr. Jorge Coelho ficou com a área da organização do Estado e no sistema educativo o Dr. Pedro Lourtie, que já foi governante nesta área e é meu colega no Conselho Geral da UTAD. E depois há uma série de pessoas de prestígio e empresários que se reúnem regularmente. Fizemos uma grande conferência em Bragança. As próximas serão na Covilhã, em Portalegre, Beja, e Faro e o Movimento fará a apresentação formal numa conferência em Lisboa, em data a acertar com o Presidente da República e o Primeiro-ministro, altura em que entregaremos o nosso trabalho.

Alguns dados estão já adiantados. Miguel Cadilhe já disse o que tem para apresentar...

Ainda não nos debruçámos sobre a proposta, mas é conhecida. É arrojada e corresponde à ideia inicial do radicalismo. A mais polémica vai ser na parte do investimento estrangeiro. Cadilhe defende que nos contratos com os grandes investimentos, superiores a 25 milhões de euros, haja uma exclusividade para o interior. Vai ser polémico. As pessoas não conhecem o país. A qualidade de vida nas cidades do interior melhorou incrivelmente. Nos últimos 40 anos os autarcas fizeram um trabalho notável.

O grande investimento não percebeu isso ou continua a não haver condições no interior?

É uma pescadinha de rabo-na-boca. Em termos de decisão política nem sequer se pensa nessa hipótese. Estamos a prejudicar o país de duas maneiras. O aglomerar no litoral é um desperdício cada vez maior. Não há infra estruturas que cheguem e não se desenvolve o interior. Nós deveríamos parar para pensar, como os irlandeses fizeram, e perguntar: o que é que queremos que o nosso país seja em 2040? Se nada fizermos vai aumentar o fluxo rumo ao litoral e a desertificação do interior com as consequências conhecidas. É preciso sonhar que daqui a 20 anos Portugal será um país mais equilibrado. Terá cidades médias com pujança, com iniciativa, com empresas, com emprego de qualidade e o litoral mais gerível, com Áreas Metropolitanas de menos densidade, mais equilíbrio e qualidade a todos os níveis. Tem que haver um conjunto de políticas com o horizonte de médio prazo. No Movimento dizemos que, no mínimo, são precisas três legislaturas. As medidas que vamos propor precisam de estabilidade no tempo.

No nosso país as medidas são pensadas, no

máximo, a quatro anos?

É preciso pensar o país. Definir uma estratégia e instrumentos de política para a seguir. Pensar o país a 20 anos. Tem que haver um grande consenso político. Tem que haver um conjunto de linhas orientadoras para que não varie conforme a conjuntura momentânea. Não será difícil conseguir um grande consenso para que o país caminhe no mesmo sentido. Por isso, preocupámo-nos em falar com o Presidente da República, Primeiro-ministro, parceiros sociais... As pessoas reagem positivamente, mas quando chega à altura de fazer... as coisas complicam-se.

Nesse sentido, acha que a eleição de Rui Rio para líder do PSD pode facilitar o consenso político?

Julgo que sim. Eu fui um dos seus apoiantes. A personalidade de Rui Rio é diferente da personalidade do líder anterior. Passos Coelho vinha de uma cristação forte porque ganhou as eleições e não conseguiu continuar a ser Primeiro-ministro. Teve um comportamento muito azedo que não facilitava o diálogo. Com Rui Rio espero bem que seja diferente. E não falo de coligações governamentais. É só que todos os partidos se comprometam na mesma direção. O facto de Rio ter ao seu lado Álvaro Amaro, autarca da Guarda, para as questões da descentralização é um excelente sinal. Ele é um dos elementos mais dinâmicos deste Movimento pelo Interior.

Porque é que o Movimento pelo Interior defende a descentralização e não a regionalização?

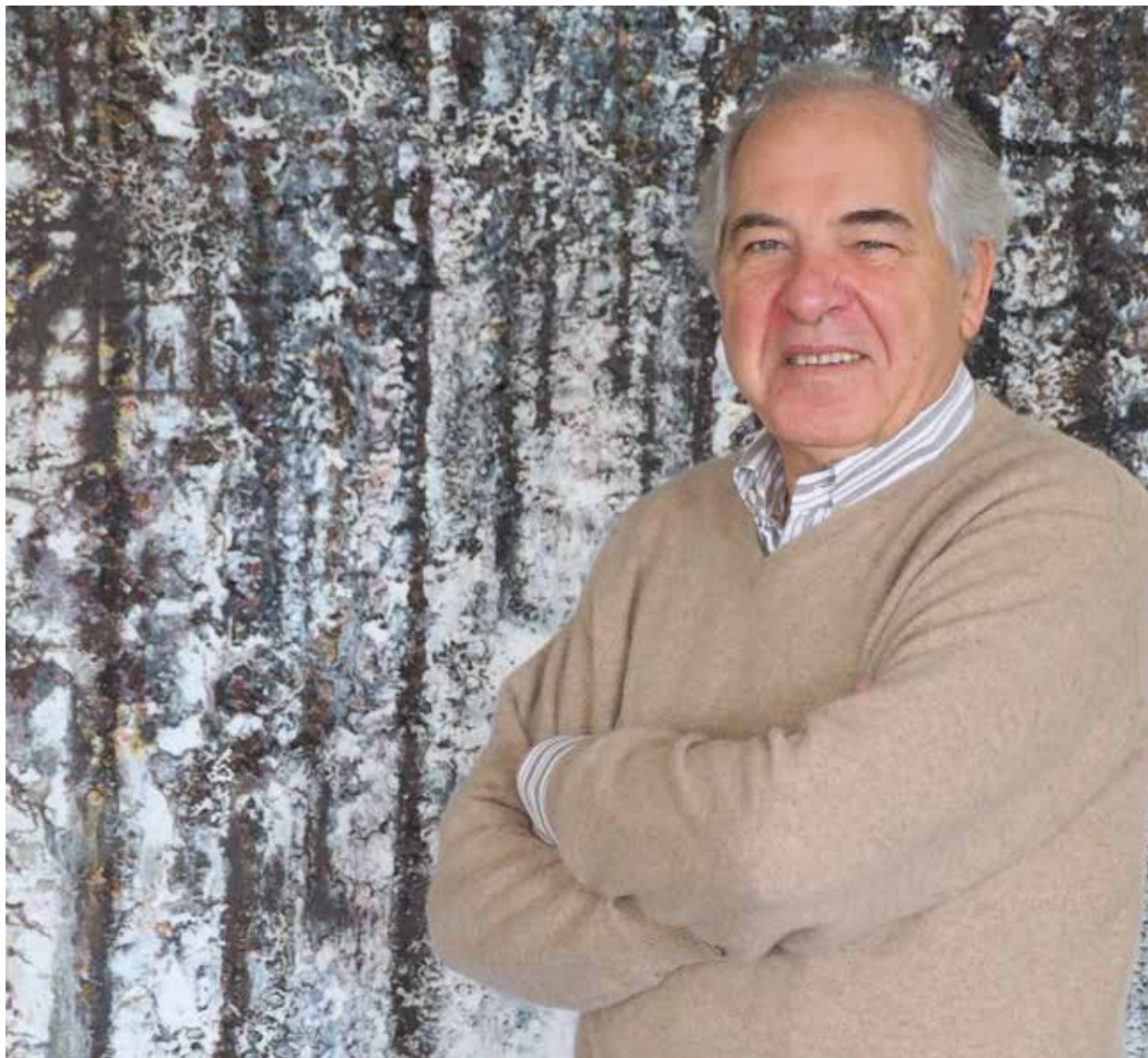
Como se sabe, eu sou um defensor da regionalização. Do ponto de vista político, essa é outra guerra, muito importante. Não fazia sentido para este Movimento. Estamos a falar de desconcentração e não da transferência de poder do Estado para órgãos regionais. Trata-se de transferir serviços. O Estado continua a comandá-los. A regionalização não tem um impacto direto. As medidas que vamos propor têm que ter uma influência imediata. E, além disso, é um tema polémico, de fratura, que poderia criar clivagens. Não é isso que queremos.

Está convencido que as medidas a propor pelo Movimento serão bem acolhidas pelo poder?

Nós vamos apresentar as coisas fundamentadas, em condições de serem implementadas. Mas, não somos ingênuos. Há muita gente que não vai gostar disto. Quem está instalado em Lisboa não vai achar piada nenhuma a estas investidas porque as pessoas pensam muito no curto prazo e no imediatismo e na sua carreira pessoal. Se forem capazes de pensar a longo prazo julgo que vão acolher bem esta iniciativa. Às vezes, Portugal faz-me lembrar alguns países do terceiro mundo com grandes metrópoles, onde está tudo concentrado, e à volta é tudo deserto. Portugal, se nada for feito, arrisca-se a ser, na sua geografia e na sua paisagem, como esses países do terceiro mundo. As medidas, apesar de radicais, vão ser o mais consensuais quanto possível. Esperamos que o poder também seja radical na sua aplicação para que tenham impacto.

O sector social solidário não mereceu a atenção neste Movimento...

O sector solidário tem segurado tudo isto. Se as IPSS e as Misericórdias não existissem já não tínhamos interior. São muitas vezes os maiores empregadores. Além dos serviços que prestam que



é de inegável valia, nos apoios sociais, têm uma componente económica relevante. Nesta tragédia dos incêndios fizeram um trabalho notável de ajuda e recuperação, elogiado por toda a gente. As instituições sociais estão perto, ao contrário dos serviços da Segurança Social que estão em Lisboa. Os dirigentes das IPSS conhecem as pessoas pelo nome e sabem das suas necessidades concretas. Eu costumo dizer que a solidariedade exige olhos nos olhos. A proximidade é fundamental. Cada problema é diferente e as soluções são diferentes. As IPSS traduzem o padrão cultural próprio de cada terra, de cada região. Uniformizar isto é um erro. Castra a capacidade imaginativa das pessoas na resolução de problemas. A inovação social resulta da necessidade de encontrar soluções.

Nas políticas de cooperação faz sentido pensar-se na diferença entre o litoral e o interior?

Não é tão determinante. A Segurança Social tem padrões comuns nacionais, as pensões por exemplo, e julgo que faz sentido. O Estado, não os governos, mas os serviços da administração pública, muitas vezes querem afirmar o seu próprio poder. Sei do que falo, porque fui ministro durante seis anos. Os serviços precisam de mostrar aos dirigentes das IPSS quem manda verdadeiramente. Eu acho que há exageros. Não há necessidade de haver formas de atuação distintas, mas deve dar-se espaço às instituições para que atuem de acordo com o território a que pertencem. Devem ser acompanhadas pelo Estado, deve haver fiscalização, transferência de conhecimento, mas não me parece que seja preciso pensar-se na dicotomia litoral/interior.

Como tem acompanhado estas denúncias de casos de má gestão nas IPSS?

Sempre aconteceram situações destas. Agora há mais visibilidade. Temos que ser razoáveis. Estamos a falar de um universo de muitos milhares de instituições e aparecem três ou quatro casos em que há suspeitas na gestão. É exceção que confirma a regra. A maior parte destas instituições tem tantas dificuldades, com orçamentos tão exíguos, que não há espaço para pensar em fraudes e aproveitamentos. Há algumas instituições que atingiram determinada dimensão e têm dirigentes que nunca o deveriam ter sido. A justiça tem que funcionar. Está a funcionar, pelo que parece. Receio apenas que passe a ideia de que as instituições são todas iguais e que os dirigentes são uma cambada de vigaristas. Só quem nada sabe sobre o setor pode pensar assim... Eu conheço bem a realidade das IPSS.

O que faz um assessor do Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker?

De vez em quando tenho uns jantares temáticos com ele, sem papéis, só conversa. Com o comissário Carlos Moedas também tenho trabalhado muito bem, ajudei a organizar uma grande conferência sobre inovação social, na Fundação Calouste Gulbenkian, que juntou mais de mil participantes, sou presidente do Conselho Geral da UTAD, o que me tem desafiado bastante, estou como presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Misericórdias e tenho este desafio do Movimento pelo Interior. Ando muito entretido...



PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

A propósito de alguns despropósitos...

Nos últimos tempos não se fala de outra coisa: o email das Finanças (AT), cuidadosamente enviado a todos os portugueses, informando/ameaçando: “...antes que seja tarde, antes que o atinja a si, limpe o mato à volta da sua casa e a 100 metros nos terrenos à volta da aldeia”. E continua, com uma ternurenta preocupação com os cidadãos: “...se não o fizer até 15 de março, pode ser sujeito a a processo de contraordenação. As coimas podem variar entre 140 e 5 mil euros, no caso de pessoa singular e de 1.500 a 60 mil euros, no caso de pessoas coletivas”.

É assim mesmo! Com um bocadinho de jeito, se a partir de 15 de março (daqui a uns dias) tivermos o azar de nos vermos confrontados com alguns incêndios, o governo defender-se-á, dizendo: “nós avisámos”!!! E as prometidas coimas... essas serão mesmo aplicadas aos prevaricadores que não tiveram em conta as ameaças da Autoridade Tributária! E depois ainda dizem que o Estado não funciona. Ai não, que não funciona!!!

Curiosamente, no passado dia 4 de março, fez 17 anos sobre a queda da ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios que vitimou de morte 59 pessoas!

Lendo as notícias da época sobre a queda da ponte e, mais recentemente, sobre os incêndios do interior do país com mais de 100 vítimas de

morte, analistas que comentaram a narrativa de tais tragédias, concluem: “o Estado acaba por assumir a culpa mas não a responsabilidade”.

Pois desta vez, o governo foi muito determinado! Voltou a legislar sobre legislação já feita (a tal que tem 12 anos), tomou e anunciou um conjunto de medidas, que todos consideramos adequadas e ajustadas à gravidade da situação das nossas florestas, para cuja aplicação orçamentou muitos milhões! Perfeito! E agora? A quem se atribuirão responsabilidades por novos incêndios que, fatalmente, ocorrerão?

A insistência do Governo em recordar que as obrigações de limpar matas e/ou terrenos de particulares já existe **há 12 anos**, poderá sugerir a algum jornalista ou associação de juristas um trabalho de investigação sobre a quantidade leis da autoria de sucessivos Governos ou do Parlamento, com a mesma data que esta e até mais antigas, que não foram cumpridas para, então, podermos ajuizar sobre a **força do argumento legal dos 12 anos!**

Já agora, para início de investigação do nosso arquétipo legal, analisando cumprimentos e incumprimentos de leis da nossa República, proponho que seja revisitada toda a legislação sobre “políticas para idosos”. Quando sei, houve um primeiro ciclo sobre esta temática da maior acuidade social, a terceira idade que reportou a



1976-1985. Mais tarde, e num contexto de crise do Estado-Providência (entre 1985 e 1995), no decorrer do X Governo Constitucional foi construída uma nova geração de políticas sociais para Idosos.

De 1995 a 2002 trabalhou-se e legislou-se sobre a continuidade de manutenção dos Idosos no seu domicílio: aconteceu na vigência do XIII Governo Constitucional.

Já passaram uns “anitos” sobre leis pensadas e aprovadas para proteção social de milhões de portugueses que, cada vez mais, viverão mais anos! Porém, enquanto a medicina e as conquistas do Estado Social vão **“dando mais anos à vida”** (o que é excelente), como pode o Estado aliar-se aos cidadãos e às suas famílias para se **“dar mais vida aos anos”?**

Agora que tanto se fala no Portugal 20-30, **quem defenderá esta CAUSA?**

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

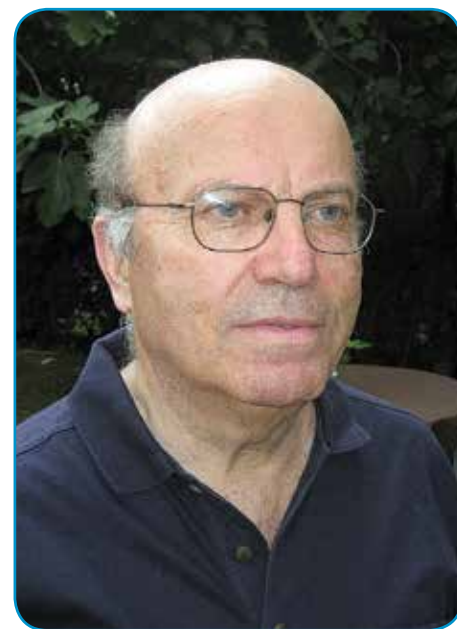
O êxodo do povo venezuelano

As imagens que vão chegando da fronteira entre a Venezuela e a Colômbia fazem-nos lembrar os dramas que acontecem diariamente noutras regiões do mundo, particularmente em África e no Médio Oriente. São imagens particularmente chocantes porque dizem respeito ao êxodo de milhares de pessoas que, neste caso, fogem de um país que é só um dos maiores produtores de petróleo do mundo e o mais rico em reservas do chamado ouro negro, um país para o qual migravam, até há poucos anos, milhares de pessoas em busca de um vida melhor, como foi o caso de muitos portugueses. Em pouco tempo, a Venezuela passou de um país de imigração para um país de emigração, e de emigração forçada.

Nos últimos tempos, a fuga de venezuelanos para a Colômbia assumiu características de um autêntico êxodo, e este êxodo transformou-se num problema humanitário a que a comunidade internacional não poderia ficar indiferente. E não ficou, como se depreende da posição assumida pela própria ONU, face à degradação do processo social e político que se desenrola

naquele país. O governo da Colômbia viu-se confrontado repentinamente com um desafio para o qual não tinha capacidade de reposta total e imediata, mas decidiu aceitá-lo corajosamente, lembrando aos seus concidadãos que ainda não há muito, em tempos bem difíceis para o país, foram os colombianos a precisar do acolhimento e da ajuda dos venezuelanos. Um comportamento exemplar por parte do seu presidente, José Manuel Santos, neste tempo em que o drama dos refugiados motiva cada vez menos reacções de solidariedade.

Como é que um país potencialmente tão rico como a Venezuela chegou aos extremos que nós conhecemos, constitui, já há bastante tempo, matéria de análise política mais ou menos polémica e apaixonada, mas uma conclusão parece inquestionável: a crise que se abateu sobre o povo venezuelano é inseparável do fanatismo populista que contaminou a vida política do país desde que Hugo Chavez, o fundador e mentor da chamada revolução bolivariana chegou ao poder, uma revolução que Nicolas Maduro não tem cessado de aprofundar. Trata-se de



um fanatismo ideológico pintado com as cores de um nacionalismo exacerbado que atribui a inimigos externos, principalmente aos Estados Unidos, a responsabilidade por todas as dificuldades - e estas são cada vez maiores - por que passam os venezuelanos. São dificuldades materiais gritantes, mas também dificuldades políticas graves, porque o chamado governo bolivariano já encontrou a estratégia para se perpetuar no poder. As próximas eleições presidenciais vão provar isso mesmo. Entretanto, o êxodo vai continuar...

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do

Centro Social de Ermesinde



Ó da guarda, quem nos guarda?

1 – Os jornais noticiaram a publicação, há alguns dias, do Relatório do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT), do Conselho da Europa, em resultado da visita que realizou a Portugal, entre 27 de Setembro e 7 de Outubro de 2016, tendo concluído, como relata o Expresso de sábado passado, além da consabida sobrelotação das prisões, pela existência de maus tratos e condições degradantes, configurando, nalguns casos, “tratamento desumano” dos presos.

Respigando, das respostas dadas na entrevista concedida ao Expresso, a esse propósito, pelo Dr. Celso Manata, Director-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, o que terão sido alguns dos comportamentos assacados, nesse Relatório do CPT, às autoridades prisionais, retira-se a conclusão de que o Relatório do Conselho da Europa ficou com a convicção da prática, entre outras, das chamadas “agressões de boas-vindas”, referenciando mesmo a existência de uma sala de espera do Estabelecimento Prisional de Lisboa “onde os guardas agrediam os reclusos”.

Por sua vez, o Público de há dias refere igualmente declarações da advogada Julia Kozma, responsável pela Delegação do Comité Anti-Tortura do Conselho da Europa que visitou o nosso País, afirmando que “Portugal está no topo dos países da Europa Ocidental com o maior número de casos de violência policial”.

Prossegue o Público que “o comité ... lamenta “a ausência” de “consciência” pela parte do Ministério da Administração Interna (MAI) de que existe um alto risco de maus tratos pela Polícia de Segurança Pública ou pela GNR. “Pensa que o facto de existir a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) é suficiente”, mas “isto é algo estrutural e sistemático, a solução tem que vir do MAI”.

Por sua vez, na entrevista ao Expresso, o Dr. Celso Manata, não obstante procurar dar nota de melhorias no que toca ao tratamento dos presos e confessar que, por falta de provas, a grande maioria dos inquéritos não resulta em condenações dos agressores, não deixa de frisar que sabe que, “mesmo não conseguindo provar o que nos dizem, devemos partir do princípio de que pode ter acontecido...”

No mesmo sentido, há poucos meses, o Ministério Público acusou 18 polícias da Esquadra de Alfragide, também por práticas de tortura e tratamentos desumanos, cruéis e com prazer em causar sofrimento, relativamente a um grupo de jovens, que, presumivelmente agredidos, vieram a ser eles os acusados pela Polícia como agressores, com falsificação dos autos pelos polícias – segundo a mesma acusação.

2 - É por estas e por outras como estas que o

nosso País não goza de boa fama nas instâncias europeias civilizadas, no que toca à promoção e protecção dos direitos humanos, principalmente dos grupos minoritários ou mais desfavorecidos ou expostos.

E não se pode dizer que se trata de fenómenos recentes.

Se percorrermos a História de Portugal, seja de trás para a frente, seja da frente para trás, a maior parte do tempo os portugueses sofreram verdadeiros tratos de polé por parte das autoridades, de forma iníqua ou arbitrária, tendo Portugal coexistido longamente com práticas e sistemas autoritários e opressores: no século XX, não fugimos à vaga dos fascismos na Europa, aguentando uma ditadura da mediocridade durante 48 anos, sofrendo igualmente as ofensivas e execuções sumárias da Guarda Municipal e das milícias partidárias durante a 1ª República; no início do século XIX, com D. Miguel, eram também o terror, a enxovia ou a força que mantinham os povos com rédea curta; no século XVIII, o Marquês de Pombal e o Intendente Pina Manique deixaram igualmente um rasto de ferocidade na perseguição e extermínio dos inimigos, mesmo que imaginários; nos séculos XVI a XVIII, a Inquisição foi queimando, em vagas de sucessivos autos de fé, livros, efígies e hereges, reais ou inventados, a troco de denúncias; no século XV, D. João II matava, pela sua própria mão, o cunhado e primo.

Este excursus histórico poderia ser acompanhado quase pari passu com outro, sobreposto, sobre o grau de respeito do Estado pelas liberdades dos súbditos ou dos cidadãos, consoante a época.

Na verdade, também não temos muito de que nos orgulhar do nosso passado, sob este ponto de vista – em que, dos últimos seis séculos de História, só durante a Monarquia liberal, entre 1836 e 1910, e agora, nos mais recentes 44 anos, temos um ar mais limpo para respirar desafogadamente.

3 – Claro que as elites mais civilizadas ou com uma formação democrática mais sólida pressentem com mais vigor a ameaça que o autoritarismo ou o exercício discricionário do poder constituem para a nossa vida colectiva e para os direitos civis.

Como escreveu Lord Acton, “o poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente.”

Já no 1º Governo de António Guterres, Alberto Costa, então Ministro da Administração Interna, nos alertava para a pouca preparação das polícias no que toca aos direitos humanos e ao respeito pelos cidadãos em geral e para a necessidade de mudar o respectivo figurino – “Esta não é a minha polícia”, como então proclamou.

E a propósito do Relatório do CPT, a que venho aludindo, o próprio MAI, segundo o Público, garante que “a formação das polícias incorpora a prioridade

dada aos direitos humanos e firme oposição a quaisquer práticas xenófobas ou racistas, contribuindo para a boa avaliação de Portugal como país inclusivo e tolerante” e que “as violações à lei são investigadas pelas próprias forças de segurança, pela IGAI e transmitidas de imediato ao Ministério Público”.

E também o Dr. Celso Manata, na entrevista ao Expresso sobre o tema, salienta que, mal chegou à Direcção-Geral que dirige, instaurou “tolerância zero aos maus tratos a reclusos e também à corrupção e ao tráfico de droga e telemóveis”, e que, desde 2006 a 2017 foram demitidos 13 elementos da guarda ... ao todo foram sancionados 119”; mas também que, numa paráfrase da célebre expressão de Alberto Costa, “Temos de mudar a cultura da organização e agir junto dos guardas que lidam com isso todos os dias.”

Mas, sendo certo que muito se progrediu nos planos de formação dos corpos policiais, desse Governo de Guterres, já lá vão mais de 20 anos, até hoje, o certo é que continuamos no lado errado do ranking.

4 – A pergunta que fica é esta: e, enquanto não “mudar a cultura das organizações” (para ir buscar a expressão ao Dr. Celso Manata), como proteger os cidadãos do arbítrio de quem exerce poderes de autoridade?

Aliás, o que fica dito sobre as polícias vale, *mutatis mutandis*, para todas as forças ou órgãos que disponham de tais poderes: como impedir eficazmente o arbítrio, como impor uma cultura assente no respeito pelos direitos, ao invés da suspeição como princípio e da devassa como sistema, como exigir o primado da lei, em vez da arrogância do palpite ou do “achismo”, erigido em norma jurídica?

Como diz o Comité para a Prevenção da Tortura, não basta a acção de uma Inspeção-Geral de um qualquer Ministério, que, contaminada por uma irmandade corporativa, não tem a distância que permita um juízo justo.

Mas os Tribunais tardam em decidir; e quantas vezes, como diz o Dr. Celso Manata, as ilegalidades foram cometidas pelas autoridades, mas não se conseguem provar...?

E os danos, na fama, na vontade, ou na honra, ficam sem castigo...

É preciso inventar novas fórmulas, que garantam a legítima e eficaz defesa do arbítrio e da agressão de quem detém autoridade – e vontade política para legislar nesse sentido.

Começemos por casa e pela tutela – “cadáver adiado que procria”, como dizia o Pessoa.

PATRIMÓNIO DOS POBRES DE ÍLHAVO

Dificuldades financeiras levam à criação da Liga dos Amigos

O grito de alerta foi dado e foi ouvido pela comunidade. O Património dos Pobres de Ílhavo, IPSS ligada à paróquia e que assegura três equipamentos e quatro respostas sociais – Lar de S. José (ERPI e Centro de Dia), Lar do Divino Salvador (Centro de Acolhimento Temporário para mães solteiras e mulheres vítimas de violência) e a Obra da Criança (Lar de Infância e Juventude) –, é um barco a navegar em águas agitadas, muito devido aos encargos que tem que suportar depois das obras de ampliação e requalificação do Lar de S. José.

Como instituição da Igreja que é, foi no seu seio que o apelo dos responsáveis pela instituição primeiro foi ouvido, logo tendo sido dados os primeiros passos para encontrar uma forma de ajudar.

É neste contexto que no arranque do ano de 2018 nasce a Liga dos Amigos do Património dos Pobres de Ílhavo, com o único propósito de encontrar formas de ajudar financeiramente a instituição cujas respostas sociais que promove são, reconhecidamente, deficitárias, pois não tem qualquer participação dos utentes. Falamos do Lar de Infância e Juventude (LIJ) e do Centro de Acolhimento Temporário (CAT).

“O objetivo deste grupo é criar Amigos, que de uma forma solidária e interessados em ajudar, possam contribuir financeiramente para a instituição”, refere Paulo Edgar, diretor-geral da instituição e também ele um Amigo, acrescentando que, para além da quota de um euro por mês, ou seja, 12 euros por ano, os Amigos podem contribuir para projetos concretos.

Isto é, a abordagem da Liga aos Amigos não passa pelo simples pedir dinheiro, mas, primeiro, identificar necessidades e, então, pedir dinheiro para intervenções concertadas e perfeitamente definidas, tais como as que, no momento, estão em causa: criar corrimãos em todos os corredores do Lar; dotar a instituição de modernas ajudas técnicas, em particular para os banhos; ou



adquirir equipamentos estimuladores elétricos para a fisioterapia.

“O panorama financeiro é complicado”, assumiu o diretor-geral do Património, porque “até 2020” a instituição tem um encargo mensal com a banca “muito pesado”, fruto de um investimento no equipamento que atingiu os 1,5 milhões de euros.

De momento, com um corpo de cerca de uma centena de funcionários, o Património acolhe no Lar S. José mais de meia centena de utentes, no Lar do Divino Salvador cerca de 30 mulheres e filhos e na Obra da Criança um máximo de 30 menores institucionalizados.

Ouvido primeiro no seio da comunidade mais próxima da Igreja, com grande adesão dos elementos

do Grupo de Jovens, o pedido de ajuda da instituição ilhavense tem já chegado a outras franjas da comunidade e, passados dois meses, são já cerca de três centenas os que decidiram juntar-se à Liga dos Amigos do Património dos Pobres de Ílhavo.

Para além disto, Paulo Edgar destaca a solidariedade que existe na comunidade de Ílhavo, tendo a instituição já sido alvo de doações, como do Rotary Clube de Ílhavo que organiza a prova de BTT «Rota do Bacalhau» e cuja verba das inscrições ajudou a remodelar as instalações da Obra da Criança, ou do campeonato de bodyboard, «Miss Activo Cup» que promove a «Onda Solidária», em que por cada onda surfada reverte um euro para o Lar do Divino Salvador.

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME

Campanha «Pilhas por Alimentos» decorre até 30 de abril

A Rede Electrão, em parceria com a EntrAjuda, promove a recolha de pilhas e acumuladores usados junto dos Bancos Alimentares e IPSS por estes apoiadas, por um período alargado até 30 de abril. A campanha «Pilhas por Alimentos» visa apelar à solidariedade social e à sensibilização ambiental para que todos possam dar o seu contributo, levando as suas pilhas e acumuladores usados ao Banco Alimentar da sua área de residência.

O objetivo é sensibilizar os portugueses para a necessidade de reciclar devidamente as pilhas usadas, pelo que a Rede Electrão solicita para que estes resíduos sejam entregues nos Bancos Alimentares, atribuindo prémios monetários aos

que conseguirem recolher uma maior quantidade de pilhas (em peso) durante este período.

Assim, o Banco Alimentar que fizer maior recolha em absoluto receberá um prémio de 4.000 euros, havendo ainda lugar a dois prémios per capita nos valores de 2.000 e de 1.500 euros para os segundo e terceiro lugares.

A Amb3E atribui ainda um prémio de participação a todos os Bancos Alimentares que aderirem e alcançarem um valor mínimo de recolha de pilhas usadas.

“A campanha «Pilhas por Alimentos» já faz parte do nosso calendário anual como um importante momento para sensibilizar a população para a correta reciclagem de pilhas usadas”,

refere Pedro Nazareth, diretor-geral da Amb3e, acrescentando: “Ao contarmos com a EntrAjuda, sensibilizamos ainda para a solidariedade de todos, ao contribuírem para os Bancos Alimentares poderem continuar a desempenhar o seu importante papel. O ano passado recolhemos sete toneladas de pilhas usadas em apenas cinco meses de campanha e demos mais de 15.000 euros aos Bancos Alimentares participantes”.

Os grandes premiados da campanha de 2016/2017 foram o Banco Alimentar de Aveiro com o 1º prémio, atribuído pela recolha de 1.900 Kg, seguido pelo Banco Alimentar de Lisboa (1.100 Kg) e pelo Banco Alimentar de Setúbal (905 Kg).

AROUCA

Dinheiro angariado nos parquímetros reverte para as IPSS do concelho

Olhados pelos automobilistas como uma praga endémica nos tempos que correm, os parquímetros são vistos pelas autarquias não só como uma forma de regular (ou até condicionar) o tráfego automóvel nas cidades e vilas, em especial nos seus centros urbanos, mas também como uma fonte de financiamento dos seus orçamentos.

Alugar o espaço público por breves minutos ou por dias inteiros passou a ser prática corrente em todos os municípios que alcançam com esse procedimento ganhos significativos.

Ora bem, Arouca não foge a essa regra, mas introduziu uma nuance inovadora e que seria interessante ver replicada por todo o País. A Câmara Municipal de Arouca investe todos os ganhos com o estacionamento no centro da vila nas IPSS do concelho.

“Esta ideia vem de 2004, do mandato do presidente Armando Zola. Nesse ano, a Câmara decidiu distribuir o dinheiro recolhido nesse ano nos parquímetros por todas as associações do concelho e ainda pelos Bombeiros Voluntários de Arouca”, conta a vereadora Maria Fernanda Oliveira, frisando que nessa altura apenas existiam quatro IPSS no concelho.

Nesse primeiro ano, o valor distribuído foram cerca de 27 mil euros, essencialmente por associações de cariz cultural, pois IPSS eram apenas quatro.

“Posteriormente foram surgindo mais IPSS e também algumas dificuldades de sustentabilidade das mesmas, embora no concelho de Arouca não tenhamos assim grandes problemas”, sublinha a responsável pelo pelouro da Ação Social, relevando que atualmente “há uma cobertura total do concelho em termos de IPSS”.

Face a um novo contexto, em 2012 os critérios de atribuição dos dinheiros resultantes dos parquímetros foram alterados.

Em resultado, as associações de cariz cultural deixaram de receber verbas do apuro do estacionamento, indo este apenas para as IPSS e para os Bombeiros Voluntários.

À data eram apenas cinco as IPSS, mas a situação, entretanto, alterou-se e desde 2016 são nove as instituições sociais contempladas a que se juntam os Bombeiros Voluntários.

Contudo, as boas intenções da Câmara Municipal esbarram muitas vezes no, chamemos-lhe, comportamento subversivo dos automobilistas, ou seja, estacionar e não pôr moeda no parquímetro, o que levou a uma redução dos proventos.

“Obviamente, o valor arrecadado nos parquímetros não é suficiente para perfazer a verba que a Câmara dá às instituições. Até fim de Março, todas as instituições, sociais e culturais, entregam as Contas do ano findo e o plano de atividades e candidatam-se a um subsídio. A verba dos parquímetros é um extra, que a Câmara utiliza com outras sobras que amealha e aumenta o bolo a distribuir”, argumenta a vereadora, acrescentando que



em 2018 a Câmara deu 10 mil euros a cada uma destas 10 instituições sociais e Bombeiros”.

Para Maria Fernanda Oliveira, “não há dúvida de que esta é uma mais-valia para as instituições e é também uma forma de a Câmara tentar sensibilizar toda a gente a colocar a moedinha”.

Até porque se o bolo rendeu a cada instituição 30.000 euros, em 2016, no ano seguinte esse valor caiu para quase metade, ficando perto dos 15.000 euros.

“De 2016 para 2017 houve uma quebra significativa nas receitas”, daí o executivo camarário decidir promover a campanha «Já fez alguém sorrir hoje?», no terreno desde que 2018 entrou nas nossas vidas.

E no entender dos responsáveis autárquicos os automobilistas não têm grandes razões de queixa.

As faltas de pagamento identificadas pelos fiscais originam a emissão de um talão de 3,30 euros, correspondente ao total de um dia de estacionamento, e esse valor é pagável em máquinas específicas existentes nos parquímetros ou, em alternativa, no Multibanco, ao passo que quando um veículo estacionado ultrapassa o prazo indicado no respetivo bilhete como horário-limite, o talão emitido pelos fiscais cobra apenas as horas em atraso, sem registar penalidades associadas às infrações ao Código da Estrada. Ou seja, em Arouca, o automobilista não é alvo de contraordenação.

Ora esta situação leva a que muitos dos que se movimentam de automóvel no centro urbano de Arouca não paguem o estacionamento, nem tão pouco a eventual coima aplicada pelos fiscais.

Mesmo assim, a postura da autarquia é a da sensibilização e não a da punição, apostando nas

condições mais favoráveis que proporciona.

“Nos concelhos aqui à volta o de Arouca é o que tem o estacionamento mais barato e, comparando com alguns concelhos vizinhos, é cerca de 50% mais barato. Perante os dados recolhidos, e para tentar evitar que as pessoas sejam alvo de coimas por incumprimento, a Câmara decidiu avançar com a campanha de sensibilização”, explica a vereadora, acrescentando os passos já desenvolvidos e que implicam um papel mais interventivo das autoridades policiais.

“A Câmara, em reunião com a GNR, solicitou a ação dos guardas para a sensibilização das pessoas, mas não para avançar logo para as coimas, porque os tempos são difíceis e temos que ter compreensão”, frisa, dando conta do que se passa atualmente: “Por exemplo, os comerciantes estacionam os carros o dia inteiro e nada pagam”.

No terreno há pouco mais de dois meses, a campanha parece estar a surtir efeito.

“Não lhe sei dizer números, mas há um aumento na coleta. Neste momento está a dar resultado”, avançou Maria Fernanda Oliveira, que vê futuro neste procedimento.

“É uma iniciativa para manter para continuar a ajudar as IPSS, porque são elas que dão a maioria das respostas sociais nas diversas freguesias do concelho. Há uma boa e grande articulação entre as respostas sociais do Município e as das instituições, mas também é assim que tem que ser, pelo que é do interesse do Município que as instituições estejam bem, porque a Câmara não pode fazer tudo. A nossa Rede Social é muito ativa e tanto proliferou nos últimos anos que hoje temos uma cobertura total do concelho”.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



SINAL MAIS



GERTAL
ITAU



SOGENAVE



STRONG
ALARMIBÉRICA
S.O.V.
INFRASECUR
CHARON
TAMPER



UPK
CLIMAMOR



B2B



CERGER



FEB CAFÉS
CATEFRU
SOCIGESTE



IBERLIM
NOVA SERVIÇOS



PAIRO



VIVAMAIS



SERDIAL



BIOSOG



TICKET SERVIÇOS
FLEXBEN



A TEMPORÁRIA
A TEMPORÁRIA
OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CHARON
Alvarás: 32 A | 32 B | 32 C

S.O.V.
Alvarás: 14 A | 14 C

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS



TRIVALOR

RSI E CSI

Ligeiro aumento de beneficiários de apoios sociais

Mais 211 pessoas beneficiaram do Complemento Solidário para Idosos (CSI) em janeiro, comparativamente a dezembro de 2017, totalizando 166.138 beneficiários, a grande maioria mulheres.

Comparando com o período homólogo, verificou-se um aumento de 2,7%, o que significa mais 4.437 idosos beneficiários do complemento solidário.

De acordo com os dados publicados no site da Segurança Social, 70,3% dos beneficiários desta prestação social são mulheres (116.770) e 29,7% são homens (49.368).

Relativamente à prestação social para a inclusão, os dados revelam que foi atribuída a 66.470 beneficiários em janeiro.

Neste mês, houve mais 50.666 beneficiários face ao valor do mês anterior devido à integração das pensões sociais de invalidez que transitaram para a prestação social para a inclusão, refere o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na "Síntese estatística" que acompanha os dados.

"Anteriormente a esta conversão oficiosa de beneficiários, a prestação social para a inclusão era composta pelos beneficiários do subsídio mensal vitalício que transitaram para esta prestação e pelos novos beneficiários", adianta o GEP.

Com a transição da pensão social de invalidez

para a prestação social para a inclusão, o processamento das pensões de invalidez decresceu 22% em janeiro face ao mês anterior.

Considerando janeiro de 2017, correspondeu a uma redução de 24,9%, totalizando este mês 179.636 pensões.

"Foram atribuídas 85.899 pensões às mulheres, constituindo 47,8% do total, e entregues 93.737 pensões aos homens, correspondendo a 52,2% do total de pensões de invalidez", indica o GEP.

Os dados revelam ainda que o número de pensões de velhice, em janeiro de 2018, foi de 2.037.860, menos 713 pensões em relação a dezembro de 2017.

Face ao mês homólogo do ano anterior, registou-se um aumento de 0,1%, tendo sido processadas mais 2.833 pensões de velhice.

Mais de metade das pensões de velhice (53%) foram atribuídas a mulheres (1.079.991) e 957.869 a homens (47%).

O número de beneficiários que recebem o Rendimento Social de Inserção (RSI) também subiu ligeiramente em janeiro, havendo cerca de 220 mil pessoas e 100.335 famílias com direito a esta prestação social.

Em janeiro, 220.043 pessoas receberam o RSI, mais 880 pessoas face a dezembro de 2017, o que

representou um aumento de 0,4%, adiantam os dados do Instituto da Segurança Social. Relativamente a janeiro de 2017, este apoio abrangeu mais 7.015 beneficiários, um aumento de 3,3%.

Do total de beneficiários, 112.506 são mulheres e 107.537 são homens.

A prestação média de RSI por beneficiário foi de 114,12 euros em janeiro de 2018, 1,9% acima do valor de dezembro de 2017 (112,00 euros) e 1,5% superior ao valor de janeiro de 2017 (112,45 euros).

O valor do montante da prestação também é influenciado pelo aumento do Indexante de Apoios Sociais (IAS).

O maior número de beneficiários reside no distrito do Porto (64.896), seguido de Lisboa (38.587) e de Setúbal (19.388).

Os dados também observam um aumento no número de famílias beneficiárias desta prestação social em janeiro, mês em que o RSI foi atribuído a 100.335 famílias, mais 465 face a dezembro de 2017.

Estes dados mostram que é nos distritos do Porto, Lisboa e Setúbal que há mais famílias beneficiárias do RSI, com 30.701, 17.480 e 8.710, respetivamente, sendo que cada agregado recebeu uma prestação média de 257,32 euros em janeiro.

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

CONTABILIDADE ESNL
IMOBILIZADO ESNL
MÓDULO ORÇAMENTOS
LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS
NA CONTABILIDADE
UNIDADES DE SAÚDE
GESTÃO DE IMÓVEIS

ORDENADOS
UTENTES IPSS
UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
PROCESSOS CLÍNICOS UCC
PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL NOVO
CONTROLO DE PRESENÇAS
ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

**SISTEMA INTEGRADO DE
TESOURARIA**
TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a
Fornecedores

**PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA
E MEIOS COMPLEMENTARES DE
DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO
SPMS)**
RECEITAS SEM PAPEL

**ACC - ATESTADO CARTA
DE CONDUÇÃO**

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

tlm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt

facebook/tsrsi

SOFTWARE
IPSS
SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES
SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO



PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Período transitório para adaptação decorre até 30 de setembro

Para garantir que todos os beneficiários recebem o apoio a que têm direito, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social decidiu criar um período transitório, até 30 de setembro, para “adaptação à nova prestação”.

Neste período, “os cuidadores, sejam pessoas individuais ou instituições, podem receber a Prestação Social para a Inclusão (PSI) mediante uma declaração assinada sob compromisso de honra de que são cuidadores do beneficiário”.

No caso de haver “cartas-cheque que tenham caducado sem terem sido levantadas,

esses valores serão pagos aos cuidadores”, esclarecem ainda os serviços do ministério de Vieira da Silva.

Até ao fim deste período transitório, os beneficiários devem abrir uma conta bancária em seu nome ou como cotitulares (em conjunto com o cuidador, por exemplo), para passarem a receber a PSI. Em alternativa, poderão passar uma procuração ao cuidador para que este possa passar a receber a prestação em seu nome.

Subsistem ainda algumas dúvidas sobre a operacionalização deste período transitório,

pelo que a CNIS solicita que a informem de eventuais constrangimentos identificados pelas instituições e famílias.

Ainda sobre esta nova prestação, a CNIS informa que, tendo em conta os efeitos jurídicos decorrentes da conversão do subsídio mensal vitalício e da pensão social de invalidez, no que respeita ao cálculo da participação familiar, a Direção-Geral da Segurança Social está a proceder à análise desta matéria.

A CNIS aguarda as conclusões desta análise para se pronunciar.

CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

Futuro passa por cuidar das pessoas em casa

O coordenador nacional da reforma do Serviço Nacional de Saúde na área dos Cuidados Continuados Integrados defendeu, em Coimbra, que o futuro do setor passa pela prestação de cuidados em casa.

Segundo Manuel Lopes, que falava no Encontro “Cuidar em Casa”, promovido pela Administração Regional de Saúde do Centro, cuidar em casa vai ser “um dos mais importantes complementos aos restantes cuidados e, provavelmente, vai ser aquele que mais se vai desenvolver nos tempos mais próximos”. “É uma mudança de paradigma, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso, e estou em crer que vai cumprir alguns critérios muito interessantes: torna os cuidados mais baratos, com menos riscos [do que nos hospitais] e, ao mesmo tempo, vai aumentar a satisfação dos doentes com os cuidados”.

De acordo com Manuel Lopes, existem atualmente cerca de 3.000 vagas nas Equipas de Cuidados Continuados Integrados que não

estão a ser preenchidas por falta de referência das unidades de saúde, Segurança Social e instituições de solidariedade social. “Isto preocupa-nos, porque queremos que estas equipas estejam a ser utilizadas na sua total capacidade”, sublinhou o responsável, referindo que, no caso das unidades de institucionalização, não existem vagas.

Manuel Lopes entende que são necessárias mais Equipas de Cuidados Continuados Integrados no país, mas defendeu que enquanto estas vagas não forem totalmente ocupadas, ou a pelo menos 85%, tem dificuldade em dizer que são precisas mais. “Eu sei que a população precisa, tenho esses dados, mas se as equipas não estão a ser usadas”, coloca-se a questão de se estarem a canalizar recursos que não são usados e que são necessários noutros contextos, enfatizou.

Atualmente, são cuidados em casa mais de 6.000 pessoas diariamente, um número que tem vindo a aumentar, de acordo com Manuel

Lopes, que considera ser esta a forma de, no futuro, cuidar das pessoas com dependência e multimorbilidade e “um dos mais importantes complementos aos restantes cuidados”.

O coordenador nacional da reforma do SNS na área dos Cuidados Continuados Integrados disse ainda que, em breve, vai sair um manual de orientações para os profissionais de saúde apoiarem os cuidadores informais, “que estão a assumir um papel muito importante”. “Se olharmos para as pessoas que estão a ser ajudadas pelas Equipas de Cuidados Continuados Integrados temos mais de 6.000 cuidadores informais, mas há quem diga que o número de cuidadores informais no país ultrapassa os 50 mil”, frisou.

O encontro “Cuidar em Casa” debateu a importância de levar os cuidados continuados integrados a casa do doente, evitando, sempre que possível, a sua deslocação.

SEM CRITÉRIO

Sistema de justiça distribui anualmente milhões de euros por IPSS

A justiça portuguesa distribui anualmente milhões de euros a instituições particulares de solidariedade social (conhecidas pela sigla IPSS) através dos casos de arguidos que querem evitar uma acusação ou suspender uma pena de prisão, noticiou o Jornal de Notícias (JN) em Fevereiro. Mas os critérios para tal escolha não são claros: nem os que definem quem o pode fazer, quanto deve pagar ou qual a IPSS que deve ser escolhida. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), só o Ministério Público atribuiu 29 milhões de euros para estas associações nos últimos três anos.

Isto acontece quando, em vez da acusação de um arguido, os magistrados podem acordar que seja feita uma contribuição pecuniária a

uma instituição ou ao Estado.

Ouvido pelo JN, o vice-presidente do Conselho de Magistratura, Mário Morgado, diz ser favorável a que exista “um sistema alternativo em que haja menos espaço para o casuísmo”.

O presidente da comarca de Castelo Branco, José Avelino Gonçalves, concorda que a distribuição do dinheiro é deixada “ao critério e razoabilidade de cada magistrado”, o que pode fazer com que algum dinheiro seja “canalizado para quem possa não merecer”.

A PGR diz ter uma listagem das IPSS elegíveis para estes donativos, com base nos projectos que têm em curso, da sua idoneidade e dos seus contributos para a defesa dos interesses sociais. Há uma orientação que pede aos juizes

que seja dada primazia às instituições com actividades ligadas ao crime cometido. Se um arguido é julgado por violência doméstica, as contribuições deverão ser destinadas a organizações que apoiem mulheres em risco.

Um exemplo é o do antigo presidente da Académica de Coimbra José Eduardo Simões, que pagou 100 mil euros a duas instituições de apoio a crianças para ver suspensa uma pena de prisão de 15 meses, por corrupção e abuso de poder.

Além do montante dado às instituições, o Estado obteve 112 milhões de euros através destas suspensões provisórias do processo nos últimos três anos, que fazem com que os arguidos não sejam acusados.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA

AS GRANDES DA TECNOLÓGICAS

O equilíbrio precário das soluções

É possível manter o sonho libertário e, ao mesmo tempo, “controlar” os monstros em que se tornaram as gigantes da tecnologia?

Não é obviamente fácil. Contudo, como desistir e habituarmo-nos ao mal não parece ser alternativa, temos de enfrentar o problema.

Notar que a Facebook ou a Twitter não ignoram o problema e, de certo modo, também elas estão a propor soluções.

Depois do escândalo das eleições de 2016, Mark Zuckerberg, o CEO e dono da Facebook, apresentou um plano com nove medidas para proteger a “integridade eleitoral”.

Por junto, do vasto plano, no essencial constituído por boas intenções, sobra a putativa contratação de 20.000 novos quadros para a área de segurança e “compliance”.

Trata-se, tanto quanto podemos ver, poeira em cima dos nossos olhos.

O problema está no modelo de funcionamento e não serão uns milhares de vigilantes adicionais que vão alterar o essencial do estado das coisas. Aliás, se o modelo resultasse, poderíamos começar a perguntar-nos onde fica a linha que separa a “compliance” da censura pura e dura.

A questão está em que não é possível responsabilizar quem divulga informação falsa ou caluniosa ou quem compra publicidade política fora das regras que a regulam nos media convencionais como jornais, revistas ou televisões. Isto admitindo que há um “quem”. Na verdade, ninguém hoje faz ideia de quantas contas da Facebook ou da Twitter correspondem a pessoas de carne e osso. Contas falsas e “bots” são ubíquas!

Um modelo muito simples seria obrigar quem pretende publicar nas redes sociais a registar-se através de um cartão de crédito. O cartão de crédito, em si mesmo, não identifica ninguém, contudo, a entidade emissora dispõe dos dados pessoais do comprador do cartão permitindo, em caso de necessidade, de identificar os autores.

Este método tem dois inconvenientes. Desde logo ficaria em crise o anonimato para quem o pretenda, depois pode sempre dizer-se que nem todos temos dinheiro para ter um cartão de crédito e, portanto, estaria em causa o ideal democrático da web.

No entanto, sem um método fácil de identificar responsáveis (e é difícil imaginar um método mais simples que um cartão de crédito) o problema de fundo permanece.

Há vários modelos para mitigar a situação.

Um deles seria dividir as contas da rede social em duas categorias: as identificadas e as anónimas. Não resolveria tudo mas, pelo menos, os utilizadores das redes sociais ficariam a saber que conteúdos estão disponíveis para aceitar as consequências, no limite jurídicas, do que se publica, daqueles que pretendem defender-se com o anonimato e, como tal, em princípio, mais suspeitos ou merecedores de escrutínio mais apurado. Por

outro lado, só as contas identificadas poderiam participar em sondagens, votações, rankings ou coisas similares. Pelo menos, gostando ou não dos resultados, ficaríamos a saber que se trata de escolhas assumidas por pessoas reais, de carne e osso e não por uma qualquer rede bem estabelecida de bots.

Um outro método, mais refinado, de garantir o anonimato e, ao mesmo tempo, assegurar que se trata sempre de pessoas reais, seria a atribuição de senhas anónimas, apenas uma por pessoa física, sem o controlo de estados, das gigantes da tecnologia ou qualquer tipo de autoridades.

Não resolveria o problema da responsabilização jurídica por notícias falsas, difamação ou bullying, contudo, pelo menos saberíamos que são pessoas e não máquinas infetadas a atacar miseravelmente quem não se pode defender.

A atribuição de senhas individuais e garantidamente únicas, num modelo libertário e seguro pode parecer impossível. Contudo, os sistemas de blockchain, que estão na base das moedas virtuais como a Bitcoin, podem oferecer soluções exequíveis para este modelo como tentou demonstrar Vitaly Buterin, o fundador da Ethereum, uma das moedas virtuais que concorre com a Bitcoin. Se foi possível criar dinheiro funcional num modelo descentralizado e libertário, criar uma rede de senhas anónimas e garantidamente únicas não deveria ser impossível.

No entanto, a solução mais evidente e, porventura, mais eficaz, é simplesmente reconhecer que as plataformas eletrónicas não são meras praças públicas, são meios de comunicação como quaisquer outros e que devem ser responsáveis pelo que publicam.

Para que isso não signifique necessariamente o fim do anonimato e do sonho libertário podemos imaginar um modelo similar ao da responsabilidade civil objetiva de produtos.

Os supermercados respondem pelos danos causados pelos produtos que vendem mesmo não sendo subjetivamente culpados - na verdade, as mais das vezes, limitam-se a colocar na prateleira um produto de um qualquer produtor sobre o qual não tem qualquer controlo a menos de respeito de datas de validade e outras tecnicidades.

Mesmo sem culpa, o supermercado responde objetivamente perante o consumidor, indemniza-o se for o caso e só se livra da responsabilidade se identificar o responsável último.

As redes sociais podem não ser responsáveis pelo esterco que publicam - são outos os autores - mas deveriam responder objetivamente pelos danos que causam. Alternativamente identificam os autores e transferem a responsabilidade - não exigindo identificação, correm o risco!

A legislação alemã encontrou uma solução sucedânea. Tudo é publicável, no entanto, as redes sociais assumem um dever de vigilância e de extirpar conteúdo racista, xenófobo ou de promoção



do ódio sob pena de, não o fazendo, pagar multas milionárias - podem chegar a 50 milhões de euros!

A solução pode parecer atraente, contudo, tem sido muito contestada em função de um caso recente. A Twitter cancelou a conta de uma dirigente do partido dos Alternativos, de extrema direita, depois de uns quantos comentários “impróprios”. Fê-lo, naturalmente, por receio de eventuais coimas!

Os comentários eram, de facto, racistas e instigadores do ódio contra os imigrantes muçulmanos. Contudo, pode a Twitter substituir-se aos tribunais públicos? Pode o medo das coimas substanciar uma nova censura?

Estamos face a um problema político, no mais elementar sentido do termo, dado que está em causa o próprio funcionamento salutar das democracias representativas tal como as conhecemos nos últimos séculos.

As soluções são também naturalmente políticas na medida em que todas elas implicam mudanças de conceito e de lei. Considerar as redes sociais como meios de comunicação como quaisquer outros ou como empresas de serviços básicos, como o são as companhias que distribuem eletricidade ou comunicações telefónicas, implicam legislação complexa e a criação de corpos reguladores adequados.

Mas é também um problema sociológico e cultural. Sejamos sérios: as falsas notícias não iriam longe se para elas não houvesse procura - em larga medida as pessoas gostam que lhes digam o que querem ouvir. Foi justamente por causa disto que inventámos o jornalismo sério - intermediário entre os que não podem verificar a verdade por si mesmos (até onde ela pode ser verificada) e o mundo real.

Donald Trump não ganhou apenas porque os russos compraram publicidade eficaz na Facebook e porque difundiram calúnias miseráveis sobre Hillary Clinton. Havia procura para essas imundícies!

Se calhar o mais importante, independentemente do caminho regulatório que vejo inevitável, é criar sociedades mais cultas, mais igualitárias, onde não haja tantos “deixados para trás” ansiosos por ouvir umas quantas balelas a desancar sobre os poderosos, por mais irreais que possam soar. As redes sociais limitaram-se a ocupar esse espaço.

PS - Emmanuel Macron, presidente da França, anunciou para breve legislação de regulação das redes sociais.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

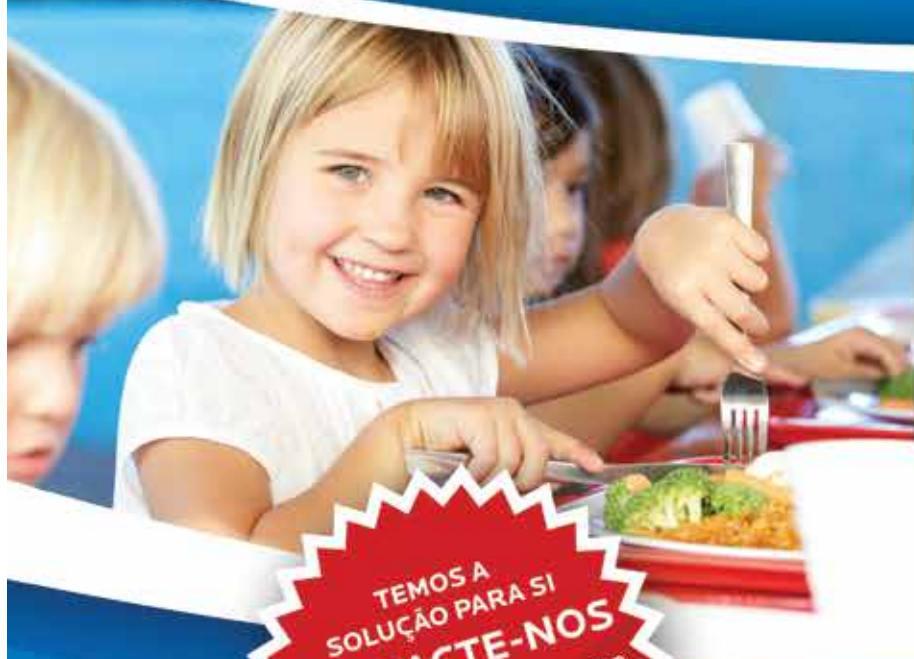
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

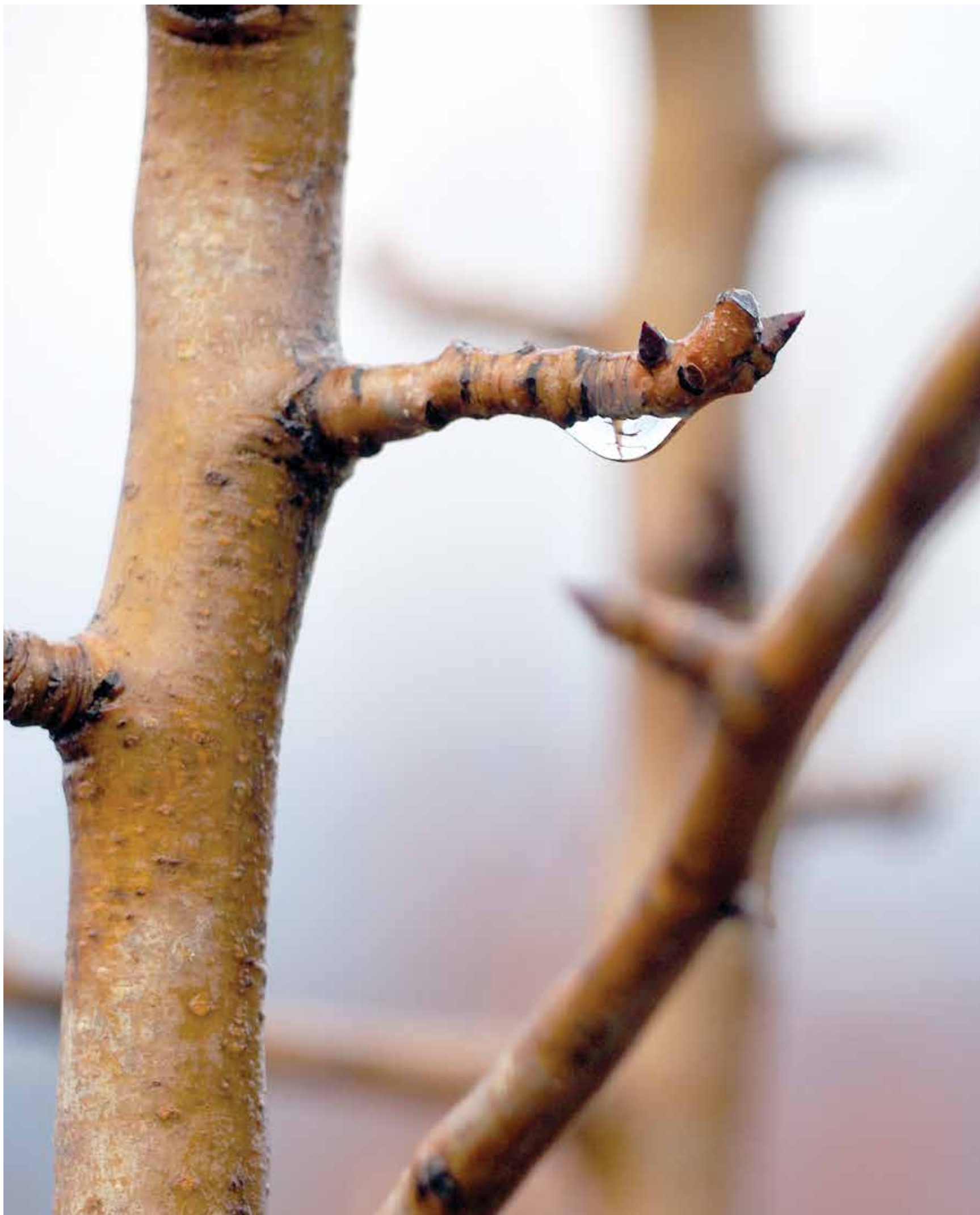


TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogenave.pt





A Terra está com sede...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto | **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares | **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

RELATÓRIO DA CÁRITAS EUROPA

Maioria dos jovens não consegue arrendar ou comprar casa

A maioria dos jovens em Portugal não consegue arrendar ou comprar casa devido aos empregos precários e a um mercado de habitação com preços muito elevados, segundo um relatório da Cáritas Europa. “Os preços da habitação em Portugal, quando comparados com a média dos valores dos rendimentos, são desproporcionados. Os jovens precisam de um futuro”, refere o estudo, que descreve os principais desafios relacionados com a pobreza e a exclusão social entre os jovens em Portugal.

O desemprego, os empregos precários, os contratos irregulares e os baixos salários fazem com que seja “muito difícil” um jovem conseguir suportar os custos de habitação, alerta o documento. “Assim sendo, os jovens não se comprometem com o arrendamento ou compra de habitação”, salienta o documento, que destaca um estudo do Núcleo de Observação Social da Cáritas Portuguesa (NOS), segundo o qual “a

situação da habitação tornou-se incontrolável”, apesar de algumas medidas implementadas.

Segundo o estudo, o preço das casas antigas sofreu um novo aumento (9,2%), mais elevado que o preço das casas novas (3,5%) subindo em média 7,1% em 2016 e 7% apenas no primeiro trimestre de 2017”.

A maioria das habitações sociais precisa de obras, estimando-se que os custos superem os 50 milhões de euros, refere o documento, observando ainda que a oferta de casa para os grupos mais vulneráveis “praticamente desapareceu”.

O presidente da Cáritas Portuguesa, Eugénio Fonseca, adiantou que “a autonomia dos jovens é adquirida cada vez mais tarde”. “A autonomia passa muitas vezes por uma vida independente que é ter habitação própria e os jovens com o dinheiro que auferem não têm acesso à habitação, as rendas são muito elevadas”, disse Eugénio Fonseca, sublinhando que, nos últimos anos, o

valor das rendas em bairros antigos aumentou 20%.

Para ultrapassar este problema, o relatório recomenda aos decisores políticos que facilitem a “habitação a preços acessíveis para os jovens de acordo com os seus rendimentos e proporcionar-lhes a oportunidade de iniciar uma vida independente”.

O relatório alerta ainda para o desemprego jovem, afirmando que “é um flagelo que atinge muitas famílias, e acima de tudo, condiciona os sonhos e aspirações da juventude em Portugal” e “compromete o futuro do país”.

“As oportunidades de emprego e os níveis salariais diminuíram acentuadamente desde a crise financeira de 2008. Portugal regista ainda um elevado nível de desemprego jovem, muitos deles emigraram a as habilitações de nível superior não estão a ser valorizadas pelo mercado de trabalho”, sublinha.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL